



20 25

EDIÇÃO 002

BOLETIM AGROFAET



**PRODUTOR QUE
RETIFICA O CAR
SÓ TEM A GANHAR**

A Regularização Ambiental Rural é um conjunto de ações estabelecidas no Código Florestal para garantir equilíbrio ambiental e produtivo do imóvel rural. O primeiro passo é o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Em seguida, é preciso acompanhar sua análise pelo órgão estadual competente e realizar as retificações necessárias.

Para isso, o Sistema CNA vai te ajudar com o RetifiCAR.

Procure seu sindicato rural e saiba o que é preciso fazer para continuar tendo acesso a todos os benefícios que só o CAR retificado pode ferecer.

**Produtor que retifica o CAR
só tem a ganhar.**

BENEFÍCIOS:

- ✓ **Acesso ao crédito rural com melhores condições de financiamento;**
- ✓ **Oportunidade para certificações ambientais;**
- ✓ **Acesso ao mercado de Cotas de Reserva Ambiental (CRA);**
- ✓ **Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA).**

**Produtor, procure o seu
sindicato rural, ele vai te
orientar a retificar o seu CAR
e percorrer todas as etapas da
regularização ambiental.**

**Para mais informações,
contate nossa equipe:**
(63) 99208-2355  **agropassos.eng**
ambiental@agropassos.eng.br



FAET
Federação da Agricultura
e Pecuária – Tocantins

É com satisfação que apresentamos a segunda edição do Boletim Trimestral da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins (FAET). Após o sucesso da edição inaugural, seguimos firmes no propósito de oferecer um instrumento de análise, informação e planejamento para todo o setor agropecuário tocaninense.

Nesta nova edição, reunimos um conjunto de dados e reflexões que traduzem o momento atual e as perspectivas do nosso agronegócio. Trazemos informações atualizadas sobre o mercado de trabalho no agro, um panorama completo das cadeias produtivas do Tocantins, além de reuniões estratégicas que reforçam o papel da FAET como voz ativa da classe produtora.

Destacamos ainda as expectativas de produção até dezembro de 2025 e as projeções para 2026, que indicam um cenário de oportunidades e expansão, especialmente nas áreas de exportação de carne bovina e retomada da avicultura após os desafios enfrentados com a gripe aviária.

Mais do que números, este boletim reflete o compromisso da FAET com a transparência, a informação de qualidade e o fortalecimento do produtor rural. Seguimos trabalhando para que o Tocantins continue crescendo com sustentabilidade, inovação e representatividade.

Agradeço a todos os que contribuem para esta iniciativa, equipe técnica, sindicatos e parceiros e reafirmo: a FAET está, e continuará, ao lado de quem produz, transformando informação em desenvolvimento para o nosso campo.

Boa leitura!

Paulo Carneiro

Presidente do Sistema FAET/SENAR



EXPEDIENTE

PRESIDENTE
PAULO CARNEIRO

1º VICE-PRESIDENTE
ROGÉRIO MORAIS DOS REIS

2º VICE-PRESIDENTE
VANDERLEI SILVA

TESOURARIA E SECRETARIA
EURÍPEDES MARTINS DA COSTA
LUIZ CARLOS MARINHO DO REGO
OZENIRA MARQUES CALDEIRA

CONSELHO FISCAL
DARCY DÁRIO DREWS
HERMES PAES FEITOSA
JACKSON SOUZA LIMA
CLEITON MARINHO DE BRITO
JANUÁRIO DA SILVA ABREU JÚNIOR

SUPERINTENDENTE DA FAET
FREDERICO SODRÉ

DEPARTAMENTO SINDICAL
MILLER VIEIRA SANTANA

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
CARLA CARIELLY MILHOMEM SILVA
CASSIANE DAL BEN FIALHO
RUTH MARIA DE JESUS

COORDENAÇÃO TÉCNICA
LUIZ CLÁUDIO FARIA

ASSESSORIA TÉCNICA
FABRIEL WANDERLEI
GABRIELA SILVA ARAÚJO
LAÍS GIULIANI FELIPETTO
MARIA CLARA TEIXEIRA

SUPERVISÃO EDITORIAL
ROGÉRIO SILVA

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
JEAN DOURADO NAVA

CONTATOS DA ASSESSORIA TÉCNICA DA FAET
ENDEREÇO: ACNO 01, RUA NO 5, LOTE 38,
PLANO DIRETOR NORTE, PALMAS/TO
CEP: 77.001-020
EMAIL: COMISSOES@FAETRURAL.COM.BR
TELEFONE: (63) 3219-9242

sumário

MERCADO DE TRABALHO.....	6
Dados do Mercado de Trabalho do Agronegócio – CEPEA 02 TRI 2025.....	6
Dados do CAGED: JUNHO/25 – BRASIL e TOCANTINS.....	6
[CAGED] Brasil gerou 166.621 empregos formais em junho.....	6
[CAGED] Tocantins gerou 505 empregos formais em junho.....	6
Dados do CAGED: JULHO/25 – BRASIL e TOCANTINS.....	7
[CAGED] O Brasil gerou 129.775 empregos formais em julho.....	7
[CAGED] Tocantins retraiu -61 empregos formais em julho.....	7
Dados do CAGED: AGOSTO/25 – BRASIL e TOCANTINS.....	8
[CAGED] O Brasil gerou 147.358 empregos formais em agosto.....	8
[CAGED] Tocantins gerou 1.298 empregos formais em agosto.....	8
Dados do PNAD 2º Trimestre - Brasil - Tocantins.....	9
PANORAMA.....	11
Dados do Mercado de Trabalho do Agronegócio – CEPEA 02 TRI 2025.....	11
GRÃOS	22
INFORME SETORIAL	30
Reuniões do GT de Regulamentação da Lei de Bioinsumos – CNA/MAPA.....	31
Reunião da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas – CNA.....	31
Apoio jurídico aos trabalhos da mesa coletora de votos na eleição da chapa do Sindicato Rural de Formoso do Araguaia.....	32
141ª Reunião CDE.....	32
Tratativas com a concessionária Energisa.....	32
191ª, 192ª, 193ª e 194ª Reuniões Ordinárias da CTPAJ do COEMA.....	33
Reunião Nacional de Equideocultura da CNA.....	33
Reunião da Comissão Nacional de Silvicultura e Agrossilvicultura – CNA.....	35
27ª Reunião Ordinária da CTPFERH do CERH.....	36
20ª Reunião Ordinária do CETER.....	36
Câmara Setorial do Leite do Estado do Tocantins.....	37
Reunião Extraordinária da Comissão Nacional de Fruticultura – CNA.....	38
Reunião Câmara Setorial da Psicultura.....	38
REDD+.....	40
Zoneamento ecológico e econômico.....	41
Reuniões da Comissão Organizadora da II Conferência Nacional do Trabalho – Etapa Estadual em Palmas.....	41
Reunião da Comissão Nacional de Aquicultura da CNA.....	42
Reunião da Rastreabilidade SEAGRO.....	43
Reunião da Comissão Nacional de Meio Ambiente – CNA.....	44
Reunião Comissão Nacional de Bovinocultura de Corte da CNA.....	45
Grupo de Trabalho Reunião Câmara Setorial do Leite.....	45
Reunião Extraordinária da Comissão Nacional de Equideocultura da CNA.....	46
Reunião Ordinária do GT Econômico CNA.....	46
Capacitação Febre Aftosa - Adapec Técnicos de Campo.....	47
Reunião Comissão Nacional Aves e Suínos da CNA.....	47
Workshop de Construção do Plano de Ação Estadual (Plano ABC+ TO).....	48
Reunião com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) sobre as Portarias SDA/MAPA nº 1.280/2025 e nº 1.295/2025.....	49

sumário

142ª Reunião Ordinária da CDE-TO.....	49
4ª Reunião Ordinária do Conselho Jurídico e 4ª Reunião Ordinária da CNRTPS.....	50
Segunda reunião sobre Rastreabilidade Bovina.....	51
FAET participou da Consulta pública sobre Portarias do MAPA referentes ao bem-estar no transporte de animais.....	51
Reunião da CNRTPS/CNA - Alinhamento para II CNT.....	52
Audiência Pública sobre o Paleocanal na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – Senado Federal.....	52
Reunião da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas – CNA.....	53
Oficina de Construção do Plano Tocantins 2045.....	54
Atualização do Estudo do Complexo Agronegócio do Cavalo.....	54
195ª Reunião Ordinária da CTPAJ do COEMA.....	55
Reuniões de alinhamento da bancada dos Empregadores da II CNT.....	55
CONACARNE- Belo Horizonte.....	56
Reunião da Comissão Nacional de Meio Ambiente da CNA.....	59
Reunião da Comissão Nacional de Cana-de-Açúcar – CNA.....	60
5ª Reunião Ordinária do Conselho Jurídico e 5ª Reunião Ordinária da CNRTPS.....	60
Reunião de Alinhamento Bancada dos Empregadores para II Conferência Nacional do Trabalho.....	61
FAET participa da etapa estadual da II Conferência Nacional do Trabalho em Palmas.....	62
Reunião da Comissão Nacional de Logística e Infraestrutura – CNA.....	63
Lançamento do Estudo “Panorama das Estradas Vicinais no Brasil” – CNA.....	63
PARECER TÉCNICO: ADPF 743.....	64
Decisão do STF sobre desmatamento ilegal ou incêndio doloso.....	64

MERCADO DE TRABALHO

DADOS DO MERCADO DE TRABALHO DO AGRONEGÓCIO – CEPEA 02 TRI 2025

No segundo trimestre de 2025, o número de pessoas ocupadas no setor do agronegócio brasileiro alcançou 28,2 milhões, o maior patamar desde o início da série histórica em 2012. Esse resultado acompanha a expansão mais ampla do mercado de trabalho nacional, que no mesmo período apresentou taxa de desocupação de 5,8%, a menor já registrada. (CEPEA, 02.TRI.2025).

Nesse cenário, o contingente de trabalhadores do agronegócio representou 26,0%

do total do mercado de trabalho brasileiro no 2º trimestre de 2025, percentual ligeiramente inferior ao registrado no mesmo período de 2024 (26,4%) e também ao observado no trimestre imediatamente anterior, 1º trimestre de 2025 (26,3%). (CEPEA, 02.TRI.2025).

Para mais informações sobre os dados do mercado de trabalho - CEPEA 02 TRI 2025 [CLIQUE AQUI](#).

destaques para **produção de lavouras temporárias (+168)**, atividades de apoio à agricultura e à **pecuária (+77)** e produção de sementes e **mudas certificadas (+37)**, por último o segmento **pecuária** obteve retração de saldo em **(-46)**.

No mesmo período **jan-jun de 2025**, o saldo do **setor agropecuário** repete a mesma tendência com saldo de empregados celetistas ativos **(+457)**, com destaques

para produção de lavouras temporárias **(+313)**, atividades de apoio à agricultura e à pecuária **(+151)** e produção de sementes e **mudas certificadas (-10)**, por último o segmento **pecuária** obteve saldo de **(+54)**.

Para mais informações sobre os dados de empregabilidade, pode ser acessado o site do [Novo Caged](#).

Saldo líquido de vagas em junho de 2025 no Tocantins por setor

Setores	Saldo	%
Serviços	162	32,08%
Comércio	149	29,50%
Indústria	137	27,13%
Agropecuária	63	12,48%
Construção	-6	-1,19%
Total	505	100%

Fonte: Novo Caged – MTE. Elaboração DTec/FAET

DADOS DO CAGED: JUNHO/25 – BRASIL E TOCANTINS

[CAGED] BRASIL GEROU 166.621 EMPREGOS FORMAIS EM JUNHO

De acordo com o Novo Caged, o **Brasil** gerou **166.621 novos empregos** com carteira assinada em **junho de 2025**. O resultado decorre de 2.139.182 admissões e 1.972.561 desligamentos, representando uma variação relativa de **0,35%** no estoque total de vínculos celetistas ativos, que chegou a **48.419.937 de postos formais**. No **acumulado do ano (jan-jun/2025)**, o saldo positivo atingiu **1.222.591 vagas (com ajuste)**, nesse período, os setores que mais contribuíram para a geração de empregos foram **serviços (+643.021)**, **indústria geral (+229.858)**, **construção (+159.440)**, **agropecuária (+99.393)** e **comércio (+90.876)**. [\(CAGED - JUNHO/25\)](#)

[CAGED] TOCANTINS GEROU 505 EMPREGOS FORMAIS EM JUNHO

De acordo com o [Novo Caged](#), que apresenta os resultados dos dados de empregabilidade, podemos extrair os seguintes dados.

No acumulado do ano (jan-jun/2025), o estado contabiliza **9.336 novos postos**

de trabalho, saldo de **75.018 admissões e 65.682 desligamentos**, com variação relativa para o período de **+3,61%**.

No cenário de **junho de 2025** o Tocantins registrou **505 novas vagas formais**, conforme dados do Caged. O número é resultado de **11.498 admissões e 10.993 desligamentos**, representando uma **variação relativa de 0,19%** sobre o estoque de vínculos celetistas no estado no mês de junho.

Entre os grandes grupamentos da economia tocantinense, o **setor de serviços** foi novamente o destaque, com **saldo positivo de 162 vagas**, seguido pelo **comércio (+149)**, **indústria (+137)** e **agropecuário (+63)**. Por outro lado, o **setor de construção** apresentou recuo de **-6 postos**.

Em comparação com o mesmo período de **junho do ano de 2024** para o grupamento da atividade econômica de **agropecuária** no estado do **Tocantins** retorna saldo **positivo de (+142)** entre admissões e desligamentos. Neste cenário verifica-se que entre os **períodos de jan-jun de 2024** o saldo de empregabilidade do setor agropecuário foram positivos **(+344)**, com

DADOS DO CAGED: JULHO/25 – BRASIL E TOCANTINS

[CAGED] O BRASIL GEROU 129.775 EMPREGOS FORMAIS EM JULHO

De acordo com o Novo Caged, o **Brasil** gerou **129.775 novos empregos** com carteira assinada em **julho de 2025**. O resultado decorre de 2.251.440 admissões e 2.121.665 desligamentos, representando uma variação relativa de **0,27%** no estoque total de vínculos celetistas ativos, que chegou a **48.544.646 de postos formais**. No **acumulado do ano (jan-jul/2025)**, o saldo positivo atingiu **1.347.807 vagas (com ajuste)**, nesse período, os setores que mais contribuíram para a geração de empregos foram **serviços (+688.511)**, **indústria geral (+253.422)**, **construção (+177.341)**, **comércio (+119.291)** e **agropecuária (+109.237)**. [\(CAGED - JULHO/25\)](#)

[CAGED] TOCANTINS RETRAIU -61 EMPREGOS FORMAIS EM JULHO

De acordo com o [Novo Caged](#), que apresenta os resultados dos dados de

empregabilidade, podemos extrair os seguintes dados.

No acumulado do ano (jan-jul/2025), o estado contabiliza **9.275 novos postos de trabalho**, saldo de **86.820 admissões e 77.545 desligamentos**, com variação relativa para o período de **+3,59%**.

No cenário de **julho de 2025** o Tocantins registrou saldo negativo de **-61 vagas formais**, conforme dados do Caged. O número é resultado de **11.802 admissões e 11.863 desligamentos**, representando uma **variação relativa de -0,02%** sobre o estoque de vínculos celetistas no estado no mês de julho.

Entre os grandes grupamentos da economia tocantinense, o **setor agropecuário** foi destaque, com **saldo positivo de 83 vagas**, seguido pelo **comércio (+36)** e **indústria (+32)**. Por outro lado, **apresentaram recuos**, o **setor de serviços (-99)** e de **construção de (-113)** postos.

Em comparação com o mesmo período de **julho do ano de 2024** para o grupo-mento da atividade econômica de **agro-pecuária** no estado do **Tocantins** retorna **saldo positivo de (+10)** entre admissões e desligamentos. Neste cenário verifica-se que entre os **períodos de jan-jul de 2024** o saldo de empregabilidade do setor agropecuário foram positivos **(+354)**, com destaques para **produção de lavouras temporárias (+174)**, atividades de apoio à agricultura e à **pecuária (+74)** e produção de sementes e **mudas certificadas (+91)**, por último o segmento **pecuária** obteve retração de saldo em **(-87)**.

No mesmo período **jan-jul de 2025**, o saldo do setor agropecuário repete a mesma tendência com saldo de empregados celetistas ativos **(+540)**, com destaques para produção de lavouras temporárias **(+389)**, atividades de apoio à agricultura e à **pecuária (+99)** e produção de sementes e **mudas certificadas (-6)**, por último o segmento **pecuária** obteve saldo positivo de **(+72)**.

Para mais informações sobre os dados de empregabilidade, pode ser acessado no site do [Novo Caged](#).

Saldo líquido de vagas em junho de 2025 no Tocantins por setor		
Setores	Saldo	%
Agropecuária	83	22,87%
Comércio	36	9,92%
Indústria	32	8,82%
Serviços	-99	27,27%
Construção	-113	31,13%
Total	-61	100%

Fonte: Novo Caged – MTE. Elaboração DTec/FAET

DADOS DO CAGED: AGOSTO/25 – BRASIL E TOCANTINS

[CAGED] O BRASIL GEROU 147.358 EMPREGOS FORMAIS EM AGOSTO

De acordo com o Novo Caged, o **Brasil** gerou **147.358 novos empregos** com carteira assinada em **agosto de 2025**. O resultado decorre de 2.239.895 admissões e 2.092.537 desligamentos, representando uma variação relativa de **0,27%** no estoque total de vínculos celetistas ativos, que chegou a **48.698.182 de postos formais**. No **acumulado do ano (jan-ago/2025)**, o saldo positivo atingiu **+1.501.930 vagas (com ajuste)**, nesse período, os setores que mais contribuíram para a geração de empregos foram **serviços (+773.385)**, **Indústria geral (+273.231)**, **construção (+194.545)**, **comércio (+153.483)** e **agro-pecuária (+107.297)**. [\(CAGED - AGOSTO/25\)](#)

[CAGED] TOCANTINS GEROU 1.298 EMPREGOS FORMAIS EM AGOSTO

De acordo com o [Novo Caged](#), que apresenta os resultados dos dados de empregabilidade, podemos extrair os seguintes dados.

No acumulado do ano (jan-ago/2025), o estado contabiliza **10.610 novos postos de trabalho**, saldo de **99.396 admissões** e **88.786 desligamentos**, com variação relativa para o período de **+4,10%**.

No cenário de **agosto de 2025** o Tocantins registrou saldo positivo de **+1.298 vagas formais**, conforme dados do Caged. O número é resultado de **12.443 admissões** e **11.145 desligamentos**, representando uma **variação relativa de 0,48%** sobre o estoque de vínculos celetistas no estado no mês de agosto.

Entre os grandes grupamentos da economia tocantinense, o **setor de serviços** foi destaque, com **saldo positivo de 496 vagas**, seguido pelo **comércio (+389)**, **agropecuária (+353)** e **Indústria (+109)**. Por outro lado, **apresentou recuo o setor de construção (-49)**.

Em comparação com o mesmo período de **agosto do ano de 2024** para o grupo-mento da atividade econômica de **agro-pecuária** no estado do **Tocantins** retorna **saldo positivo de (+62)** entre admissões e desligamentos. Neste cenário verifica-se que entre os **períodos de jan-ago de 2024** o saldo de empregabilidade do setor agropecuário foram positivos **(+416)**, com destaques para **produção de lavouras temporárias (+185)**, atividades de apoio à

agricultura e à **pecuária (+77)** e produção de sementes e **mudas certificadas (+187)**, por último o segmento **pecuária** obteve retração de saldo em **(-127)**.

No mesmo período **jan-ago de 2025**, o saldo do setor agropecuário repete a mesma tendência com saldo de empregados celetistas ativos **(+896)**, com destaques para produção de lavouras temporárias **(+497)**, atividades de apoio à agricultura e à **pecuária (+118)** e produção de sementes e **mudas certificadas (+199)**, por último o segmento **pecuária** obteve saldo positivo de **(+115)**.

Para mais informações sobre os dados de empregabilidade, pode ser acessado no site do [Novo Caged](#).

Saldo líquido de vagas em junho de 2025 no Tocantins por setor		
Setores	Saldo	%
Serviços	496	38,21%
Comércio	389	25,97%
Agropecuária	353	27,20%
Indústria	109	8,40%
Construção	-49	-3,77%
Total	1.298	100%

Fonte: Novo Caged – MTE. Elaboração DTec/FAET

DADOS DO PNAD 2º TRIMESTRE - BRASIL - TOCANTINS

Com base na **PNAD Contínua** do IBGE para o **2º trimestre de 2025**, o Tocantins registrou uma **taxa de desocupação de 5,3%**, mantendo-se entre as **menores do país** e ocupando a **11ª posição nacional**. Na **região Norte**, o estado apresentou a **2ª menor taxa**, ficando atrás apenas de **Rondônia (2,3%)**. O índice tocantinense permaneceu **abaixo da média nacional (5,8%)**, o que evidencia o **bom desempenho do estado** no contexto brasileiro e a **recuperação** em relação ao resultado do **trimestre anterior (6,4%)**. [\(IBGE - PNAD Contínua 2º trimestre/2025\)](#)

Ranking por Estado da Região Norte		
Taxa de Desemprego		
Menores Taxas		
#	Norte	Taxa de Desemprego
1	Rondônia	2,3
2	Tocantins	5,3
3	Roraima	5,9
4	Acre	7,3
5	Pará	6,9
6	Amapá	6,9
7	Amazonas	7,7

Fonte: IBGE - PNAD Contínua 2º trimestre/2025

PANORAMA

AGRONEGÓCIO DO TOCANTINS

DADOS DO MERCADO DE TRABALHO DO AGRONEGÓCIO – CEPEA 02 TRI 2025



GADO DE CORTE

Dados do IBGE demonstraram que, embora as exportações tenham crescido fortemente no primeiro semestre, a produção de carne bovina não acompanhou esse avanço. Entre janeiro e junho de 2025, o volume exportado de carne bovina (in natura e processada) superou em 164,1 mil toneladas o mesmo período de 2024, enquanto a produção formal cresceu apenas 122 mil toneladas.

Com isso, os preços do boi e da carne se firmaram em novo patamar, cerca de 35% superiores ao ano anterior (já descontada a inflação). A parte exportada da produção também alcançou recorde histórico: de 25,1% no 1º semestre de 2024 para 28,7% no mesmo período de 2025, chegando a 29,9% no 2º trimestre (IBGE, 2025).

Conforme os dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA Esalq/ USP), a média do preço do boi gordo no país no trimestre, nos meses de julho, agosto, setembro, foi de R\$304,7; apresentando variação de R\$293,9 (21/07) a R\$311,7 (09/09). De modo que no mês de julho a arroba ficou com média de R\$300,0, agosto R\$307,6 e setembro de R\$307,4, apresentando uma crescente nos valores.

No fim de agosto, houve escassez de animais para abate, contribuindo para que os preços não baixassem, os frigoríficos de maior porte permaneceram direcionados ao mercado externo,

mantendo valores firmes ou concedendo reajustes pontuais. Em setembro, o mercado apresentou estabilidade nas negociações. A oferta limitada de animais a pasto, em razão da estiagem, manteve os preços estáveis, enquanto a comercialização concentrou-se em lotes de confinamento, sustentada pelo abate de animais contratados e de gado próprio (Cepea, 2025).

Esse cenário reduziu o número de compras à vista diretas e imediatas de animais para abate. Devido a isso, no final do mês de setembro, estados como Tocantins, Norte de Minas, Goiânia, Centro-Sul da Bahia, Mato Grosso e Noroeste do Paraná registraram recuo de R\$3,0 a R\$5,0 por arroba. No entanto, de modo geral, as exportações em ritmo crescente ao longo do trimestre contribuíram para sustentar as cotações no atacado, mesmo diante do consumo interno moderado (Cepea, 2025; Scot Consultoria, 2025).

Por fim, o mercado pecuário segue com negociações limitadas, segundo levantamento do Cepea. A demanda dos frigoríficos para compras à vista tem ficado abaixo da oferta, alongando as escalas de abate e pressionando levemente as cotações em quase todas as regiões monitoradas.

A previsão é que o início do mês de outubro seja um fator positivo para o consumo doméstico de carne bovina.



Profissionais do Agro e da Saúde

Quem pode se credenciar?

O SENAR Tocantins busca profissionais qualificados e apaixonados pelo campo e pela saúde rural.



Engenheiro Agrônomo



Médico veterinário



Técnico em Ciências Agrárias



Enfermeiro



Zootecnista



Técnico de Enfermagem

Credencie-se agora e faça parte do time **SENAR Tocantins**.

ACESSE O LINK E
CREDENCIE-SE AGORA
bit.ly/SenarInstagram



Esse fato, somado à expectativa de redução gradual na disponibilidade de bovinos terminados e o bom desempenho das exportações brasileiras de carne bovina trazem um cenário mais positivo de preços para a arroba do boi gordo para as primeiras semanas de outubro (Cepea 2025; Scott, 2025).

TOCANTINS

No Tocantins, conforme a média das cotações do último trimestre (meses de julho, agosto e setembro), o “Boi China” (máximo de 04 dentes, abaixo dos 30 meses e com Guia de Trânsito especificada) foi comercializado pelo preço médio de R\$289,1; enquanto que o boi gordo TO SUL foi de R\$280,9 à vista e R\$ 284,3 a prazo, já o TO NORTE foi de R\$ 281,8 à vista e R\$ 285,1 a prazo (Scot Consultoria, 2025).

Também de acordo com a Scot Consultoria, no último trimestre (julho, agosto, setembro), a média de preços da carne bovina em São Paulo no setor atacadista apresentaram variações em relação ao

A expectativa é de que o início de outubro impulse o consumo doméstico de carne bovina. Esse movimento, aliado à redução gradual na oferta de animais prontos para abate e ao bom desempenho das exportações brasileiras, tende a favorecer a valorização da arroba do boi gordo nas primeiras semanas do mês (Cepea, 2025; Scot Consultoria, 2025).

mesmo período de 2024: a carcaça casada de boi castrado foi cotada a R\$ 20,3/kg (+ R\$4,1), a carcaça casada de boi inteiro foi de R\$ 19,1/ kg (+ R\$3,6), a carcaça de vaca casada a R\$ 18,6/kg (+ R\$3,3) e a carcaça de novilha casada a R\$ 19,1/kg (+ R\$3,3).

Vale destacar que esses valores de comercialização atacadista representam uma média nacional. Contudo, variações estaduais e regionais são comuns, porém o monitoramento preciso dessas diferenças ainda é limitado. No caso do Tocantins, por exemplo, ainda não há fonte de dados para acompanhamento específico.

EXPORTAÇÃO CARNE BOVINA

As exportações de carne bovina in natura do Brasil atingiram um recorde para um único mês em setembro, superando a melhor marca anterior, registrada em julho deste ano, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

Em setembro, o volume exportado somou 347,7 mil toneladas, com um aumento de 18,3% em relação ao mesmo mês de 2024 (MAPA, 2025) . Em julho, antes da alta nas tarifas determinada pelo governo dos EUA, o Brasil havia exportado 310,2 mil toneladas de carne bovina (até então o maior volume já registrado) e em agosto, o total foi de 295,3 mil toneladas, ocorrendo um crescimento contínuo no terceiro trimestre do ano (MAPA, 2025).

Vale destacar que o país já ocupa a liderança mundial nas exportações do produto, resultado alcançado mesmo

após a imposição das tarifas norte-americanas em agosto. O crescimento ocorreu devido à diversificação dos embarques para outros destinos, como o México que se tornou o segundo maior importador e ampliação das vendas para a China, principal compradora da carne nacional (ABIEC, 2025).

A demanda global pela proteína segue firme e, segundo especialistas, há um rearranjo no comércio internacional diante das tarifas impostas pelos EUA, que também enfrentam restrições na produção por conta de um ciclo de baixa oferta de animais (CNA, 2025).

As exportações de carne bovina para os Estados Unidos recuaram desde a vigência do tarifaço sobre a carne bovina brasileira, conforme tabela a seguir.

Exportação de carne bovina para os EUA em 2025		
Meses	Valor (dólares)	Peso (Kg)
Janeiro	106.659.176	18.973.781
Fevereiro	147.258.148	26.909.343
Março	224.766.749	42.075.369
Abril	268.354.408	47.835.575
Maio	168.354.408	27.401.889
Junho	123.658.501	18.232.423
Julho	119.942.550	18.234.576
Agosto	63.687.159	9.345.850
Setembro	72.336.089	9.884.991

Fonte: Agrostat - Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro- MAPA, 2025

A fim de explicar melhor os impactos da taxação dos EUA no Brasil e para o Tocantins, a FAET fez a Nota Técnica: “Impacto da taxação de 50% nas exportações do Tocantins para os EUA”, publicada no dia 31/07/2025, após a confirmação da taxaço de 50% em alguns produtos brasileiros. A mesma está disponível no [link](#).

TARIFA SOBRE CARNE BOVINA BRASILEIRA DISPARA PREÇOS NOS ESTADOS UNIDOS

Os Estados Unidos já ocuparam a liderança mundial nas exportações de carne bovina, no entanto, apesar de ainda exportarem parte da produção para outros países, atualmente enfrentam uma crise no setor pecuário, registrando o menor rebanho em 70 anos (USDA, 2025). Esse cenário, contudo, não é exclusivo do país, uma vez que na União Europeia os estoques também caíram ao nível mais baixo das últimas quatro décadas.

De acordo com estimativas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, 2025), o rebanho bovino mundial deve atingir mais de 914 milhões de cabeças em 2025. Caso essa previsão se confirme, haverá uma redução de 0,86% em relação ao de 2024, o que corresponde a uma queda de aproximadamente 7,9 milhões de cabeças.

Em 2024, a população bovina mundial estava distribuída principalmente em sete regiões, a Índia liderava com o maior rebanho em número de cabeças, seguida por Brasil, China, Estados Unidos, União Europeia, Argentina e Austrália. Dessa forma, juntas essas sete regiões representam mais de 90,7% do rebanho global, sendo que somente Índia e Brasil concen-

tram 53,58% desse total, com participações de 33,33% e 20,25%, respectivamente (USDA, 2024).

Esse cenário contribui para a redução da oferta global de carne, fortalecendo a expectativa de transformações profundas no mercado de proteína animal nos próximos anos. Nesse contexto, o Brasil se mantém em posição privilegiada, uma vez que as perspectivas futuras para a cadeia de produção brasileira são excelentes (CNA, 2025).

A elevação das tarifas sobre a carne brasileira importada pelos EUA impactou o consumidor americano, uma vez que os preços dispararam nos últimos meses, alcançando recorde histórico em julho. Isso ocorreu porque o Brasil responde por 26,6% das importações de carne bovina do país (USDA, 2025).



BOVINOCULTURA DE LEITE

Conforme levantamento do Cepea (Esalq/USP) o preço do leite captado em agosto fechou a R\$ 2,5369/litro na “Média Brasil”, com quedas de 3,2% frente a julho/25 e de 12,6% em relação a agosto/24, em termos reais (descontando a inflação de agosto). Dessa forma, é o quinto mês consecutivo de recuo no valor do leite no campo, a desvalorização no campo ocorre em função do aumento da produção e da dificuldade da demanda em absorver a oferta. No Tocantins, foi de R\$ 1,75 até R\$ 2,35, com média de R\$2,10 e variação de R\$0,6, estando abaixo da média nacional (Milk Point & SCOT Consultoria, 2025).

Ainda segundo os resultados preliminares do IBGE, no acumulado do primeiro semestre, a produção de leite no Brasil formalizada somou 12,98 bilhões de litros, 6,2% acima da verificada em igual intervalo do ano passado, reforçando a tendência de crescimento observada desde o início de 2025. O crescimento da produção é atribuído principalmente ao aumento dos investimentos realizados pelos produtores na atividade, impulsionados por margens mais favoráveis desde o segundo semestre do ano anterior. Além disso, levantamentos do Cepea indicam que os custos seguem relativamente controlados, especialmente quando se compara o preço do produto ao do milho, por exemplo.

Apesar do avanço consistente da disponibilidade de leite (produção interna e importações), o consumo não acompanha esse ritmo, o que limita a absorção da oferta e intensifica a queda de preços ao

longo da cadeia. Como resultado, a combinação entre o recuo no preço do leite cru, a demanda enfraquecida por derivados e o consequente aumento dos estoques pressionou as cotações da muçarela e do leite em pó em agosto. Já no caso do leite UHT, os preços permaneceram praticamente estáveis, sustentados por uma demanda mais aquecida do consumidor final (Scot Consultoria, 2025).

Como o aumento da disponibilidade interna, as importações seguiram em queda em agosto. Foram importados 165,11 milhões de litros em equivalente leite, recuo de 6,73% de julho para agosto. De janeiro a agosto de 2025, o volume de lácteos importados, em litros em equivalente leite, caiu cerca de 6,1% sobre o mesmo período de 2024. Ainda assim, somou quase 1,45 bilhão de litros em equivalente leite, patamar considerado elevado pelos agentes do setor e que reforça a pressão sobre os valores praticados no mercado doméstico.

As exportações também diminuíram de julho para agosto, mas em menor intensidade (-4,33%), somando 5,34 milhões de litros. Como consequência, o déficit da balança comercial do setor recuou 6,8%, atingindo 159,77 milhões de litros em equivalente leite. Em termos financeiros, esse desequilíbrio representou decréscimo de 5,9%, chegando a US\$ 71,83 milhões. Na comparação com agosto de 2024, as importações recuaram 12,11%, ao passo que as exportações avançaram 25,89%. Os dados são da Secex e foram analisados pelo Cepea.

já restabeleceram os acordos comerciais com o Brasil. A União Europeia, que já havia reconhecido o país como livre da doença, retomou as compras em 23 de setembro, de forma gradual, iniciando pelo território

brasileiro (exceto RS) e com liberação total prevista até 16 de outubro. A China ainda mantém suspensa suas importações, no entanto, enviou uma comitiva para auditoria em setembro, a fim de liberar os acordos comerciais. Outros 16 países, como Japão e Iraque, também retiraram restrições (MAPA, 2025).

Mesmo diante desse episódio e com os embargos de grandes clientes como China e União Europeia não terem retornado às compras até o fim de junho, o volume exportado no primeiro semestre de 2025 se manteve praticamente no mesmo patamar do observado em 2024, e, com o aumento de quase 5% do preço médio em dólar, o faturamento desse segmento cresceu 4,5% no semestre. Espera-se, portanto, que o volume possa se manter ou até mesmo apresentar alguma alta este ano, sobretudo diante do retorno de todos os compradores com a solução do episódio (CEPEA, 2025).

As exportações brasileiras de ovos (in natura e processados) registraram forte crescimento em 2025. No primeiro semestre, foram embarcadas 24,9 mil toneladas, alta de 192,5% em relação ao mesmo período de 2024, com receita de

US\$ 57,7 milhões (+216,3%). Os Estados Unidos se consolidaram como principal destino, seguidos por México e Japão. Apenas em junho, os embarques atingiram 6,5 mil toneladas (+308,3%). Em agosto, o volume exportado somou 2,1 mil toneladas (+71,9%), acumulando 32,3 mil toneladas no ano (+192%), com receita de US\$ 75,3 milhões (+214,5%).

No mesmo mês, as exportações de carne de frango alcançaram 394,6 mil toneladas (+3,9%), embora a receita tenha recuado 11,9%, somando US\$ 699,4 milhões. Entre janeiro e agosto, os embarques totalizaram 3,39 milhões de toneladas (-1,1%), com receita de US\$ 6,3 bilhões (-0,2%). O México se destacou como principal destino em agosto, seguido por Emirados Árabes Unidos e Japão. Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul lideraram entre os estados exportadores.

Dessa forma, apesar do episódio sanitário, o Brasil mantém crescimento expressivo nas exportações de ovos e estabilidade nos embarques de carne de frango, com expectativa de retomada do comércio em mercados estratégicos e perspectivas positivas para o segundo semestre.

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) BRASILEIRO E BALANÇA COMERCIAL NÃO DEVEM SER FORTEMENTE IMPACTADOS PELA GRIPE AVIÁRIA

Como citado anteriormente, a maioria dos países importadores já retomou as compras de carne de frango do Brasil, maior exportador global do produto, após a rápida solução do caso de gripe aviária no Rio Grande do Sul.

Segundo a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), com a abertura de mercados para China e União Europeia, o Brasil poderá encerrar 2025 com saldo positivo nos embarques. Inicialmente, estava prevista uma queda de até 2% dos valores totais, mas situação estava totalmente vinculada à China, já que ela foi a principal compradora em 2024, adquirindo de 40 a 50 mil toneladas mensais.

Dessa forma, a auditoria chinesa que aconteceu no Brasil no final do mês de setembro é muito importante para o futuro do mercado. Porém, o relatório com resultado da auditoria ainda não foi disponibilizado pelo governo chinês.

Os volumes que deixaram de ser enviados à China e à União Europeia foram redirecionados para outros mercados. No entanto, a retomada das compras chinesas pode acrescentar entre 150 e 200 mil toneladas até o fim do ano, já a União Europeia costumava importar de 20 a 23 mil toneladas por mês.

Os volumes que não foram vendidos para a China e União Europeia foram redirecionados para outros destinos, mas a retomada chinesa pode acrescentar de 150 a 200 mil toneladas até o fim do ano. A União Europeia, por sua vez, costumava importar entre 20 e 23 mil toneladas mensais.

Em termos de receita, a ABPA acredita que mesmo sem contar com China e União Europeia, o setor pode manter estabilidade em 2025 frente a 2024. De janeiro a julho, o faturamento acumulado foi de US\$ 5,6 bilhões, 1,5% acima do registrado no mesmo período do ano passado. Em 2024, as exportações totalizaram quase US\$ 10 bilhões.

A rápida resposta sanitária reforçou a resiliência do setor avícola brasileiro, em contraste com países como os Estados Unidos, mais afetados pela doença. Atualmente, o Brasil detém 38,6% do mercado global de carne de frango e vem ampliando sua fatia enquanto concorrentes enfrentam crises sanitárias (ABPA, 2025). Para 2026, a ABPA projeta novo crescimento, com exportações chegando a 5,5 milhões de toneladas.

PRODUÇÃO E CONSUMO INTERNO

A produção de carne de frango em 2025 deverá alcançar o recorde de 15,4 milhões de toneladas, em 2024 foram 15,0 milhões, impulsionada pelo aumento do consumo per capita, que deve subir de 45,5 kg para até 47,8 kg. Para 2026, espera-se estabilidade, com produção de 15,7 milhões de toneladas.

No segmento de carne suína, a perspectiva também é de avanço. As exportações devem atingir 1,45 milhão de toneladas em 2025, contra 1,35 milhão em 2024, sustentadas pela demanda de mercados como Filipinas, México, Cingapura e países da América do Sul. Já a produção está projetada em até 5,42 milhões de toneladas, acima dos 5,3 milhões registrados em 2024 (Cepea, 2025).

O setor suinícola brasileiro deve alcançar níveis recordes de produção, consumo e exportação em 2025, beneficiado pela queda nos custos de ração, favorecida pela ampla oferta global de milho (Abpa, 2025).

O Brasil, tradicional produtor de carne bovina, consolidou-se como autossuficiente e referência mundial no setor. Em 2023, 71,5% da produção foi destinada ao mercado doméstico, garantindo um consumo médio de 37,5 kg por habitante ao ano, um dos mais elevados do mundo. Com apenas 28,5% da produção voltada à exportação, o país mantém desde 2004 a liderança como maior exportador global de carne bovina (ABIEC, 2024).

No ano de 2023, as exportações de carne bovina alcançaram 2,29 milhões de toneladas, destinadas a 157 países, gerando uma receita de US\$ 10,55 bilhões (ABIEC, 2024). Esses números demonstram a força da cadeia produtiva, que, além de assegurar a segurança alimentar da população brasileira, impulsiona a geração de emprego e renda.



PSICULTURA

A tilápia ganhou espaço no mercado internacional e se consolidou como a única espécie de peixe com status de commodity global. Atualmente, mais de 140 países comercializam a proteína animal, sendo que isso ocorre por uma série de fatores, como o fato de ser um peixe de sabor suave, preparo fácil e alto valor nutricional, contribuindo para sua aceitação mundial (PeixeBr, 2025).

Além disso, no Brasil, os recursos hídricos, clima propício, disponibilidade de insumos e, principalmente, empreendedores especializados em outras commodities contribuíram para a expansão da atividade no mercado brasileiro. No país, a região Sul larga na frente na produção nacional, impulsionada pela concentração de empresas avícolas e adoção de sistema de integração.

Em números, o Valor Bruto de Produção (VBP) é estimado em R\$ 6,6 bilhões por ano, sendo que nos últimos 11 anos a tilapicultura cresceu mais de 10% ao ano, registrando a melhor série histórica de uma proteína no Brasil. Essa popularização favoreceu o desenvolvimento tecnológico em todas as etapas da cadeia, desde a genética e produção de vacinas até rações e equipamentos de processamento (PeixeBr, 2025).

As exportações de tilápia pelo Brasil cresceram 40,8% em termos de volume no primeiro semestre deste ano, em comparação com o mesmo período de 2024, alcançando 6.510.179 Kg e um valor de US\$ 31,7 milhões. Vale ressaltar que isso ocorre principalmente pela venda de filé fresco para os EUA, cuja receita foi de 22,9 milhões de dólares, ou seja, 97,2% do total de filé fresco/resfriado do Brasil é vendido para os EUA (MAPA, 2025).

De acordo com a Peixe BR, o Brasil é hoje o terceiro maior exportador de tilápia para os Estados Unidos e deveria registrar em 2025 um dos melhores desempenhos de sua história no comércio exterior, as expectativas eram de um crescimento contínuo no volume de exportação ao longo do ano, com o Brasil se destacando nas vendas para os Estados Unidos. No entanto, com as taxas impostas pelo EUA de 50% esse cenário pode ser alterado no segundo semestre, como será abordado no subitem abaixo.

No mercado externo, as exportações brasileiras de tilápia registraram forte retração em agosto, totalizando 797 tone-

ladas, queda de 40,6% em relação a julho e de 41,3%, quando comparado ao mesmo período de 2024 (SECEX, 2025; CEPEA, 2025).

Com relação aos preços da tilápia, em agosto permaneceram em queda, refletindo a demanda ainda enfraquecida, com influência do mercado externo (CEPEA, 2025). Por outro lado, o Centro de Pesquisas aponta que a oferta de animais começa a dar sinais de recuo, com maior presença de peixes mais leves no mercado. Devido a isso, as cotações apresentaram leve reação na última semana do mês, mas o movimento não foi suficiente para elevar a média mensal do pescado.

A média do preço do quilo da tilápia no último trimestre (julho, agosto e setembro) variou de R\$ 7,9 até R\$ 8,5/Kg. Essa média é baseada nos levantamentos realizados pelo CEPEA em cinco regiões brasileiras: Grandes Lagos, Morada Nova de Minas, Norte do Paraná, Oeste do Paraná e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Entre as médias das regiões avaliadas no Oeste do Paraná foi registrado os menores valores, enquanto os maiores foram no Norte do Paraná.

Para o estado do Tocantins, conforme a Secretaria da Pesca e Aquicultura do Tocantins (Sepea), os preços de comercialização são uma média das cinco regiões avaliadas pelo Cepea. O estado não realiza a exportação do produto, no entanto, assim como na cadeia de carne bovina e mel, o impacto de preços acompanha o cenário nacional, já que o mercado interno fica abastecido e ocorre diminuição dos preços.

Média do preço da tilápia no Brasil em 2025 conforme o CEPEA	
Meses	Valor (reais/Kg)
Julho	7,9
Agosto	8,0
Setembro	8,0

Fonte: CEPEA, 2025

IMPACTO DA TAXAÇÃO DOS EUA SOBRE A CADEIA DO PESCADO BRASILEIRO

Entre os itens citados como mais afetados estão tilápia, lagosta (rock lobster), tambaqui, pescados congelados e outros frutos do mar que compõem a maior parte das remessas brasileiras para os EUA.

Abaixo segue uma tabela com valor e peso das exportações de pescado para os EUA, sendo que agosto foi a menor quantidade exportada de produtos, com uma diminuição de 35,4% do valor arrecadado quando comparado ao mês de julho.

Exportação de pescado para os EUA em 2025		
Meses	Valor (dólares)	Peso (Kg)
Janeiro	23.279.444	2.972.364
Fevereiro	17.881.969	2.543.709
Março	23.285.774	3.258.181
Abril	16.646.633	2.572.929
Mai	15.317.139	2.523.080
Junho	15.052.378	2.287.921
Julho	21.241.044	2.847.769
Agosto	13.719.021	1.953.295

Fonte: Agrostat - Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro- MAPA, 2025

Dessa forma, para que a cadeia consiga superar esse momento de crise é necessário estar organizada em diferentes frentes. Uma delas seria aumentar o consumo interno, de forma que ocorra direcionamento da produção para consumo nacional por meio de programas como merenda escolar e aquisição pública de pescado. Além disso, o governo federal autorizou a compra de tilápia sem licitação para merenda escolar e serviços públicos, para produtores afetados.

Porém, é sabido que mudar costumes de uma população com relação aos hábitos alimentares não é fácil, uma vez que o baixo consumo de pescado no Brasil é resultado de uma combinação de fatores culturais, econômicos e estruturais. A tradição alimentar do país prioriza carne bovina, frango e, em algumas regiões, carne suína, enquanto o peixe ainda é

visto como um alimento associado a ocasiões específicas.

Além disso, o preço elevado em relação a outras proteínas, especialmente no interior, e os custos de transporte e conservação, que exigem cadeia do frio, tornam o produto menos acessível. A alta perecibilidade e as dificuldades logísticas limitam a oferta e podem comprometer a qualidade em regiões distantes.

Também há falta de conhecimento sobre preparo, já que muitos consumidores consideram o peixe trabalhoso de cozinhar, e a ausência de campanhas que incentivem seu consumo. Por fim, a oferta é irregular: apesar do potencial pesqueiro e aquícola do Brasil, ainda há dependência de importações e pouca diversificação disponível no mercado interno, o que contribui para o baixo hábito de consumo.



APICULTURA

A cadeia produtiva do mel no Brasil é majoritariamente composta por pequenos produtores e agricultores familiares, de 200 a 300 mil apicultores, com renda média em torno de R\$ 4 mil mensais, cuja atuação é essencial para a geração de renda em

comunidades rurais (Abmel, 2024). Trata-se de uma atividade sustentável, com impactos positivos para o meio ambiente, especialmente no que diz respeito à polinização e à preservação de nossa biodiversidade (Barbiéri & Francoy, 2020).

A apicultura brasileira, fortemente concentrada no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Piauí, enfrenta uma crise com a imposição da tarifa de 50% pelos Estados Unidos, maior mercado importador, uma vez que os apicultores estão vulneráveis à queda nos preços e à paralisação das exportações.

De acordo com a Associação Brasileira dos Exportadores de Mel (Abemel),

apenas 30% da produção permanece no mercado interno, 70% da produção brasileira é exportada. Da porcentagem exportada, em 2024, 79% foi para os EUA, o que rendeu ao setor nacional aproximadamente US\$ 80 milhões (R\$ 432 milhões), com crescimento de 15% comparado ao ano anterior (MAPA, 2024).

Exportação de produtos apícolas e mel em 2024			
Produto	Destino	Valor (US\$)	Peso (Kg) - %
Produtos apícolas	EUA	78.924.429	30.000.669 (79%)
	Todos os países	105.212.755	37.967.054 (100%)
Mel natural	EUA	78.637.770	29.984.910 (79%)
	Todos os países	100.559.616	37.930.740 (100%)

Fonte: Agrostat - Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro- MAPA, 2025

A tarifa de 50% dos EUA preocupa produtores de mel e expõe demora em medidas de apoio do governo federal, uma vez que as alternativas propostas pelo governo ainda não foram concretizadas de modo pertinente. Estima-se que o setor apícola brasileiro possa acumular prejuízos acima de R\$ 200 milhões até o fim do ano.

Conforme a Abemel, o mercado americano é dividido em dois segmentos:

- 1. “mel para ingrediente”, usado na fabricação de produtos como iogurtes e barras de cereal;
- 2. “mel de mesa”, produto que é envasado e vendido diretamente ao consumidor.

No segmento “mel de mesa”, o mel orgânico brasileiro é o preferido das empresas norte-americanas, isso facilita a negociação e reduz a chance de que as exportações para os EUA sejam totalmente interrompidas.

GENÁRIO DA APICULTURA NO PAÍS ATUALMENTE:

- Produção e estocagem

No Sul, especialmente no Rio Grande do Sul, produtores e cooperativas já acumulam estoques sem destino, com contêineres parados devido à suspensão dos embarques. Pequenos apicultores, que dependem da atividade para sobre-

viver, estão entre os mais afetados e a incerteza sobre como escoar a safra preocupa, principalmente com a chegada da primavera, período de alta produção.

- Seca e tarifaço

No Nordeste, a situação é ainda mais grave. O Piauí, segundo maior produtor nacional, enfrenta uma seca severa, que reduziu a produção entre 35% e 40%. Somada ao tarifaço, essa condição levou cooperativas e famílias a preverem perdas superiores a 50%.

Segundo a Central de Cooperativas Apícolas do Semiárido Brasileiro (Casa Apis), em julho, algumas cargas já foram canceladas, como 95 toneladas de mel orgânico destinadas aos EUA. Vale ressaltar que o Piauí exportou US\$ 22,4 milhões em mel natural para os EUA, o que representou mais de 87% de toda a receita com vendas externas do produto.

A cadeia produtiva de mel do Piauí é líder em produção de mel orgânico, concentrando suas atividades nesta demanda específica, de forma que a principal preocupação é manter espaço no mercado americano e honrar contratos, já que os custos aumentaram e a capacidade de negociação com clientes norte-americanos foi reduzida.

Como medidas para diminuir o impacto do tarifaço, em setembro o governo do

Estado do Piauí realizou a compra de 11 toneladas de mel para produtores locais afetados, distribuídos para 178 mil alunos da rede pública, garantindo o fornecimento por dois meses. O mel deve substituir o uso de açúcar na alimentação escolar.

• Estratégias do setor

O mel não tem prazo de validade, mas pode perder as características exigidas pelos importadores com o passar do tempo. Dessa forma, é possível manter o produto estocado, o que permite uma margem maior para negociação com os EUA neste primeiro momento.

Apesar disso, a Confederação Brasileira de Apicultura (CBA), afirma que, no curto prazo, o setor não tem um “plano B” devido à forte dependência do mercado norte-americano. No entanto, o Brasil é um dos grandes exportadores de mel natural e possui uma sólida reputação internacional para oferecer um produto considerado puro, livre de transgênicos e com forte participação de mel orgânico.

A abertura de novos mercados é essencial para as exportações de mel, já que, além dos EUA (historicamente o principal destino), há grande demanda na União Europeia (especialmente Alemanha, Bélgica, Espanha, Itália e Reino Unido), no Canadá (que valoriza produtos orgânicos), no Japão, na Arábia Saudita e nos Emirados Árabes. Mercados emergentes como China, Coreia do Sul e Austrália também apresentam potencial, importando mel para suprir déficits ou demandas específicas.



ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL PARA CONSEGUIR MINIMIZAR OS IMPACTOS DA TAXAÇÃO DOS EUA

Alternativas e estratégia foram organizadas para reduzir os impactos, abaixo estão dispostas algumas medidas que estão sendo implementadas pelo governo federal e alguns estados.

• Preço no Tocantins

Por conta da diminuição das exportações para os EUA em virtude do tarifaço, a expectativa do setor é que o mel fique mais barato no Brasil, pelo menos nesse primeiro momento. Com mais oferta e menos demanda, a tendência é cair o valor do produto, assim como no estado do Tocantins.

Além disso, assim como no caso da piscicultura, o brasileiro também não possui hábitos de consumir muito mel, sendo que o aumento poderá ocorrer de forma gradual, desde que o mesmo seja intensificado. O consumo de mel no Brasil é relativamente baixo em comparação a outros países, resultado de uma combinação de fatores culturais, econômicos e estruturais (CBA, 2025).

O baixo consumo de mel está associado à dieta brasileira, que diferente da Europa ou de países asiáticos, onde o produto é tradicionalmente utilizado como adoçante ou incorporado à culinária cotidiana, no Brasil ele é utilizado mais como um alimento complementar ou até medicinal, não como um item de consumo diário (CBA, 2025). Além disso, o preço mais elevado em relação ao açúcar refinado e a outros adoçantes, somado à concentração da produção em algumas regiões, impacta a distribuição nacional e o valor final, tornando o produto menos acessível.

O consumidor ainda associa o mel como um produto artesanal, pouco presente em grandes redes, o que limita seu consumo. Além disso, ele enfrenta forte concorrência de produtos industrializados mais baratos e práticos, como geleias, achocolatados e adoçantes artificiais.

O plano Brasil Soberano, lançado pelo governo federal disponibiliza crédito a empresas mais atingidas, adiamento de arrecadação de impostos, estímulos via compras governamentais e apoio jurídico nos tribunais norte-americanos. De forma que o mesmo está dividido em três eixos:

- **EIXO 1:** Fortalecimento do setor produtivo;
- **EIXO 2:** Proteção para o trabalhador;
- **EIXO 3:** Diplomacia comercial e multilateralismo.

EIXO 1: FORTALECIMENTO DO SETOR PRODUTIVO:

Para ter acesso às medidas, a empresa exportadora precisa:

- Ter suas exportações afetadas pelas tarifas unilaterais dos EUA;
- Que pelo menos 5% do faturamento total num período determinado (julho de 2024 a junho de 2025) provenha de exportações dos produtos atingidos pelas tarifas.

1. Linhas de crédito favorecidas

- Foram destinados R\$ 30 bilhões do Fundo Garantidor de Exportações (FGE) para oferecer crédito com taxas acessíveis às empresas exportadoras mais afetadas;
- O BNDES disponibilizou R\$ 40 bilhões em crédito total (sendo R\$ 30 bi do FGE e R\$ 10 bi de recursos próprios), com prioridade para empresas que tiveram perdas de faturamento de pelo menos 5% por causa do tarifaço.

2. Linhas específicas incluem:

- **Capital de Giro Emergencial:** para financiar gastos operacionais;
- **Giro Diversificação:** para buscar novos mercados;
- **Bens de Capital:** aquisição de máquinas e equipamentos;
- **Investimento:** para inovação tecnológica, adaptação de processos/produtos e fortalecimento da cadeia produtiva.

Para ter acesso à linha de crédito, a empresa precisa estar em situação regular na Receita Federal do Brasil e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quanto a tributos e contribuições federais. Não poderá se beneficiar da medida quem estiver sob regime de recuperação judicial ou extrajudicial, falência ou liquidação, exceto se demonstrado plano de recuperação aprovado judicialmente.

3. Aumento na restituição via Reintegra

- *Melhora nas condições do regime especial Reintegra, para devolver parte dos tributos pagos na cadeia produtiva, reduzindo custos para exportadores;*
- *Aumento do percentual do benefício para empresas cujas exportações foram prejudicadas pelas tarifas.*

4. Alívio e diferimento tributário

- *Prorrogação (suspensão) de tributos federais para empresas exportadoras afetadas;*
- *Prorrogação de prazos no regime de drawback (suspensão ou isenção de tributos incidentes na aquisição de insumos empregados ou consumidos na industrialização de produtos exportados);*
- *Prioridade no processamento de restituição ou ressarcimento de créditos tributários;*
- *Compras públicas emergenciais de alimentos impactados;*
- *Portaria interministerial (nº 12/2025), aprovação de compras públicas especiais de gêneros alimentícios por União, estados e municípios, para apoiar produtores e exportadores afetados pelas tarifas.*

EIXO 2: PROTEÇÃO PARA O TRABALHADOR

O plano Brasil Soberano cria a Câmara Nacional de Acompanhamento do Emprego para monitorar o nível de emprego nas empresas e suas cadeias produtivas, fiscalizar obrigações, benefícios e acordos trabalhistas, e propor ações voltadas à preservação e manutenção dos postos de trabalho.

A atuação será coordenada em nível nacional e regional via Câmaras Regionais nas Superintendências Regionais do Trabalho.

EIXO 3: DIPLOMACIA COMERCIAL E MULTILATERALISMO

O Plano Brasil Soberano também atua na frente externa para ampliar e diversificar mercados, reduzindo a dependência das exportações brasileiras em relação aos Estados Unidos. No eixo de diplomacia comercial e multilateralismo, o Brasil tem avançado nas negociações de acordos que abrem novas oportunidades para empresas nacionais.

GRÃOS

TOCANTINS: MILHO CONSOLIDADO, SOJA EM PREPARAÇÃO

O trimestre julho-setembro de 2025 marcou a consolidação do milho 2ª safra no Tocantins e a preparação para a largada da soja 2025/26. Com o recorde estadual do milho confirmado e o consórcio milho-braquiária validado no Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), o produtor entra na nova safra com maior estabilidade agrônômica e melhor acesso a seguro e crédito. O ZARC é um instrumento técnico do Ministério

da Agricultura e Pecuária que indica, com base em séries históricas de clima, solo e ciclo das culturas, os períodos e regiões de menor risco para o plantio. Ele orienta o planejamento da produção e é referência obrigatória para concessão de crédito rural e cobertura de seguros agrícolas, reduzindo perdas e fortalecendo a sustentabilidade da atividade agropecuária.



(Foto: Maria Clara - Eng. Agrônoma)

A área plantada com milho segunda safra no estado cresceu significativamente, passando de 373 mil hectares para 415 mil hectares, refletindo um aumento de 11,3%. Esse crescimento, aliado a condições climáticas favoráveis, uso de sementes de alta qualidade e fertilizantes, permitiu que a produtividade atingisse até 130 sacas por hectare em algumas regiões.

(Fonte: MAPA — portarias do ZARC relativas ao milho consorciado com braquiária; Secom-TO — matéria sobre recorde do milho 2ª safra no Tocantins; Conab — Apresentação / 12º Levantamento da Safra de Grãos 2024/2025 — dados de área e produtividade)

DADOS NACIONAIS DE EXPORTAÇÃO

Em setembro de 2025, o Brasil exportou 7,56 milhões de toneladas de milho, marcando um aumento de 10,42% em relação a agosto de 2025 e 17,85% sobre o mesmo mês do ano anterior (6,42 milhões de toneladas), conforme dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex). Este desempenho representou o quarto mês consecutivo de crescimento nas vendas externas do cereal, consolidando o melhor resultado mensal de 2025 e o quarto maior volume exportado na série histórica.

(Fonte: Portal DBO — matéria “Milho: Brasil exporta 7,56 milhões de toneladas, 4º maior volume da história” / dados Agrifatto com base na Secex)

INOVAÇÕES NO CAMPO - CONSÓRCIO MILHO-BRAQUIÁRIA

Um dos maiores avanços para o agronegócio tocantinense foi a aprovação do Zarc para o consórcio milho-braquiária. O sistema de plantio simultâneo de milho e braquiária oferece uma série de benefícios, como proteção do solo, controle de plantas invasoras e melhora na fertilidade do solo. Dados da Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (Seagro), destacam que a braquiária, ao ser cultivada com o milho, ajuda na conservação do solo e ainda gera uma pastagem de alta qualidade após a colheita, beneficiando a pecuária e a rentabilidade das propriedades.



Fonte: Embrapa

A implementação desse sistema de consórcio no Tocantins é um exemplo claro de como o estado adota práticas inovadoras, alinhadas com a sustentabilidade e a eficiência no uso da terra.

(Fonte: Secom-TO — matéria sobre consórcio milho-braquiária; MAPA/SPA – Portarias do ZARC para milho consorciado com braquiária no TO: nº 221/23-05-2025 e nº 410/21-08-2025)

PAPEL DO TOCANTINS NO CENÁRIO NACIONAL

Com 9,67 milhões de toneladas de grãos na safra 2024/2025, o Tocantins consolidou-se como o maior produtor de grãos da Região Norte e um dos principais polos do Matopiba. A produção recorde de milho safrinha e a entrada de usinas de etanol de milho previstas para 2025 ampliam a relevância estratégica do estado no cenário agropecuário nacional.

Fonte: Conab – 12º Levantamento da Safra de Grãos 2024/2025 (set/2025)



SOJA - INÍCIO DA SAFRA 2025/26 NO TOCANTINS

A safra 2025/26 de soja no Tocantins tem início legal em 1º de outubro, logo após o término do vazio sanitário em 30 de setembro, conforme a Instrução Normativa nº 12/2023 da Adapec-TO. Historicamente, a semeadura intensifica-se a partir de 10 de outubro, à medida que a regularização das chuvas permite o plantio de sequeiro.

Segundo a Conab, a área cultivada de soja no estado deve alcançar 1,56 milhão de hectares (alta de 2–3% vs. safra anterior),

com produção estimada em 5,76 milhões de toneladas, mantendo o Tocantins entre os polos agrícolas mais relevantes do Norte. No plano nacional, a Conab projeta 49 milhões de hectares (+3,7%) e 177,6 milhões de toneladas (+3,6%) para a soja em 2025/26.

A comercialização exige atenção redobrada uma vez que as margens estão muito apertadas e os preços seguem estáveis. Qualquer detalhe na compra de insumos ou na venda da produção pode

fazer grande diferença no resultado final. É importante destacar possíveis restrições de crédito e a necessidade de respeitar a janela de plantio, executando as etapas para não haver margem para erros.

Do ponto de vista fitossanitário, deve-se reforçar boas práticas para sanidade e produtividade:

- *uso de sementes de alto vigor;*
- *tratamento de sementes com fungicidas multissítio e sistêmico;*
- *inseticidas quando houver risco identificado;*
- *inoculação fresca e homogênea;*
- *eliminação de tiguerras;*
- *pré-emergentes ajustados ao tipo de solo;*



ALGODÃO - VAZIO SANITÁRIO NO TOCANTINS

O vazio sanitário do algodão no Tocantins ocorre de 20 de outubro a 20 de novembro, estabelecido pela Adapec para prevenir e controlar o bicudo-do-algodoeiro, principal praga da cultura. Nesse período, ficam proibidos o plantio e a manutenção de plantas vivas de algodão no campo, inclusive tiguerras.

Na safra 2024/2025, o estado cultivou 14,5 mil hectares de algodão, mais 58% em relação à safra anterior (8,5 mil ha). Campos Lindos, Dianópolis e Nova Rosalândia foram os municípios com maior destaque produtivo.

Segundo orientações da ADAPEC, as áreas onde houve cultivo serão monitoradas durante todo o vazio; plantas encontradas devem ser eliminadas mecânica ou quimicamente.

- *limpeza de máquinas;*
- *descarte correto de restos culturais;*
- *cumprimento rigoroso de vazio sanitário e janela legal.*

A rede de monitoramento e a atuação conjunta entre produtores e órgãos competentes de fiscalização como a ADAPEC, reduzem a pressão de inóculos e de resistência, elevando a sanidade e a produtividade da soja tocantinense.

(Fonte: Adapec-T0 – Instrução Normativa nº 12/2023; Conab – projeções de área e produção de soja 2025/26 no TO e no Brasil)



FRUTICULTURA NO TOCANTINS - PANORAMA E O PAPEL DO PROJETO MANUEL ALVES

A fruticultura é um vetor crescente no Tocantins, puxada por polos irrigados e ações de extensão que conectam produtor, pesquisa e mercado. Nos últimos ciclos, o estado passou a organizar rotas de fruticultura para difundir tecnologias e mapear gargalos logísticos, com itinerários que cobrem do sudeste ao extremo norte (Dianópolis, Barrolândia, Miracema, Itapiratins e Tocantinópolis), levando capacitação e articulando compradores regionais.

No eixo da produção irrigada, o destaque é o Projeto de Irrigação Manuel Alves (Dianópolis), um dos principais polos frutícolas do estado. Dados oficiais do governo estadual e do distrito de irrigação reforçam o potencial do perímetro, com área útil dedicada a fruticultura, presença de pequenos irrigantes e lotes empresariais, além da vocação para banana, coco, manga e abacaxi em escala comercial.

A governança do perímetro combina lotes de pequenos irrigantes e lotes empresariais, com arranjos institucionais que dão autonomia operacional ao Distrito de Irrigação Manuel Alves. Documentos técnicos citam o projeto como referência para frutícolas tropicais e culturas de apoio, com infraestrutura de irrigação, assistência técnica e regras de operação hídrica que favorecem padronização, calibres comerciais e regularidade de oferta.

No mercado, a produção de Manuel Alves tem ampliado presença dentro do Tocantins e em estados vizinhos (BA, GO, DF), apoiada por programas de ATeG/Senar, dias de campo e eventos setoriais, que padronizam pós-colheita, reduzem perdas e aproximam compradores.

Em termos de especialização estadual, o abacaxi segue entre as frutas de maior relevância e demanda cuidados sanitários (manejo de fusariose, trânsito de mudas e destruição de restos culturais), enquanto os polos irrigados expandem banana, coco e manga com manejo de irrigação e calendário de colheita voltado ao mercado.

Implicações práticas para o produtor

- *Irrigação e calendário: alinhar lâminas ao estágio fenológico e à meta de calibre (banana/manga/abacaxi), evitando estresse hídrico e variabilidade de tamanho.*
- *Pós-colheita: padronizar ponto de corte e embalagem; adotar checklists de qualidade para compras regionais e interestaduais.*
- *Comercialização: usar as rotas de fruticultura como vitrine, planejando colheita, logística e frio (quando necessário) para cumprir janelas de entrega.*

Para 2025/26, a consolidação de Manuel Alves como polo irrigado, combinada a extensão rural e padronização de pós-colheita, tende a sustentar maior previsibilidade de oferta, redução de perdas e melhor acesso a mercados, especialmente onde houver contratos que remunerem calibre e regularidade.

(Fonte: Governo do Tocantins/Seagro-T0 – publicações sobre o Projeto de Irrigação Manuel Alves e rotas de fruticultura; Distrito de Irrigação Manuel Alves – documentos institucionais; Senar-T0/ATeG – ações de assistência técnica e eventos setoriais de fruticultura)



EXPECTATIVA DE PRODUÇÃO ATÉ DEZEMBRO DE 2025 E PERSPECTIVAS PARA 2026

Até dezembro de 2025, as estimativas do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE) seguem uma trajetória de alta, com o Tocantins somando 8,42 milhões de toneladas em julho (um aumento de +242,8 mil t sobre junho), o que mantém a projeção do Governo do Estado de ultrapassar 9 milhões de toneladas até o final do ano. Esse avanço decorre principalmente da consolidação do milho 2ª safra, do aporte das áreas de várzea (soja e feijão) que colhem no fim do ano e de ganhos de manejo nas principais cadeias.

Para 2026 (safra 2025/26), o cenário base indica manutenção do patamar elevado de produção, com crescimento marginal de área em soja e forte participação do milho safrinha no mix estadual. As decisões de área dependerão de quatro fatores principais: o clima e as janelas do ZARC, com plantios de sequeiro baseados em uma sequência útil de chuvas dentro das janelas definidas por microrregião; no milho, o ZARC do consórcio milho-braquiária, que continua sendo uma referência para reduzir riscos e garantir acesso a seguro e crédito.

A tecnologia de estabelecimento também será decisiva, com o uso de sementes de alto vigor, pré-emergentes aplicados

próximos às chuvas e palhada (milho-braquiária ou coberturas dedicadas) para conservar umidade e garantir boa emergência das plantas. A integração produtiva, com a adoção crescente de Integração Lavoura e Pecuária/Floresta (ILP/ILPF), aproveitará a palhada do milho para pastejo pós-colheita, aumentando a rentabilidade por área sem prejudicar o início da semeadura da soja.

O planejamento de logística e preço deve começar desde o plantio, com a definição de espaço de silo e caminhão, além do uso de travas parciais para mitigar riscos de basis local desfavorável durante picos de fila e lotação, integrando também contratos de recebimento para evitar descontos por qualidade.

Outros vetores positivos para 2026 incluem o crescimento da demanda industrial como projetos de etanol de milho no estado e a maior previsibilidade de seguro/crédito. Entre os riscos, continuam a ser monitorados a irregularidade climática no início das culturas, custos críticos de insumos e eventuais gargalos de armazenagem em períodos de pico regional.

(Fonte: Conab – 12º Levantamento da Safra de Grãos 2024/2025 (set/2025); IBGE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), julho 2025; Governo do Tocantins – Projeções de Produção e Expectativas para 2025/2026)



CLIMA – BRASIL E TOCANTINS

O fenômeno climático La Niña está de volta e deve durar entre dezembro de 2025 e fevereiro de 2026, conforme informou o Centro de Previsão Climática dos Estados Unidos. O fenômeno, caracterizado pelo esfriamento das águas do Oceano

Pacífico, pode impactar a distribuição das chuvas em várias regiões do Brasil, especialmente nas áreas produtoras de grãos. Contudo, a La Niña 2025 é classificada como fraca, o que deve limitar os impactos esperados.

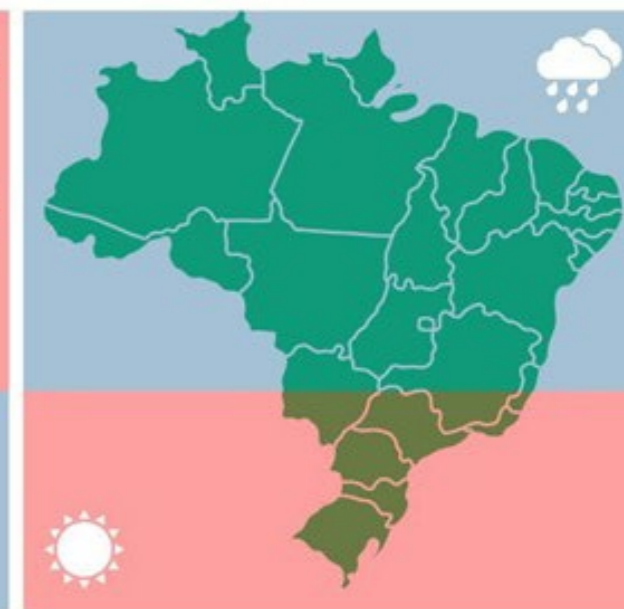
O QUE É O LA NIÑA?

É caracterizada por um resfriamento de 0,5°C ou mais nas águas superficiais do Pacífico Equatorial, o que provoca uma série de alterações nos padrões climáticos globais. Tradicionalmente, as chuvas diminuem no Sul e aumentam no Norte e Nordeste, enquanto o Sudeste e o Centro-Oeste enfrentam temperaturas abaixo da média e riscos de períodos frios.



El Niño

Chuva concentrada na Região sul do País e seca nas regiões norte e nordeste.



La Niña

Tempo mais seco no Sul, e as chuvas frequentes migram para o Norte e Nordeste.

A ocorrência do fenômeno foi confirmada pela expansão das temperaturas da superfície do mar (TSM) abaixo da média no Pacífico equatorial central e oriental, com o valor mais recente do índice Niño-3.4 em -0,5°C. Embora o fenômeno seja fraco, ainda pode afetar os padrões climáticos, como já ocorreu em ciclos anteriores.

Para o Brasil, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina devem ser os estados mais afetados pela diminuição das chuvas. A estiagem no Sul entre dezembro e fevereiro pode ser um desafio, afetando especialmente o setor agrícola. Especialistas alertam para o impacto potencial sobre os grãos, como a soja, que pode sofrer com a escassez de água.

Por outro lado, o fenômeno pode ter efeitos positivos para a pecuária bovina. No Mato Grosso do Sul e Tocantins, as chuvas acima da média em outubro e novembro devem melhorar as condições das pastagens, favorecendo a retenção de fêmeas pelos pecuaristas.

No Tocantins, as condições climáticas irregulares podem afetar o calendário agrícola, especialmente nas áreas de milho e soja. A irregularidade nas chuvas pode prejudicar o início do plantio de sequeiro, com impacto potencial no estabelecimento das lavouras e na sincronização das operações de colheita. No entanto, o efeito positivo nas pastagens pode beneficiar a pecuária e garantir melhor alimentação para o gado. Áreas com palhada bem formada tendem a conservar umidade e reduzir daninhas, favorecendo emergência e estabelecimento da cultura.

(Fontes: NOAA – Administração Nacional Oceânica e Atmosférica dos EUA (relatório de outubro de 2025 sobre La Niña); Climatempo (Patrícia Cassoli); INPE; Rural Clima; Datagro Pecuária)



INCÊNDIOS FLORESTAIS NO TOCANTINS (2025) – IMPACTOS, RISCOS LEGAIS E BOAS PRÁTICAS

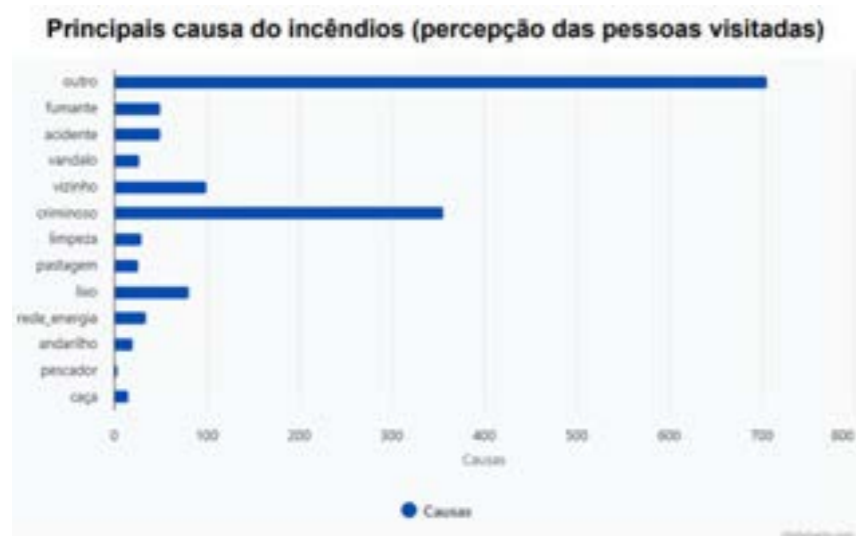
Em 2025, os focos de incêndio destruíram mais de 800 mil hectares no Tocantins, segundo o INPE. Apesar de o número ser 30% menor que em 2024, o estado permaneceu entre os de maior incidência: no 1º semestre, foram 2.623 focos, cerca de 13,6% do total nacional. Em setembro, foram 2.381 focos apenas no mês, com diversos flagrantes de incêndios criminosos em diferentes municípios.



Fonte: CIGMA-TO/Painel do Fogo

A intensidade do fogo tem efeitos diretos sobre os biomas: perda de diversidade de espécies não adaptadas ao fogo, degradação do solo e maior emissão de gases de efeito estufa. Casos recentes ilustram a gravidade: prisões por atear fogo em Dianópolis, flagrantes em Barrolândia e autuação em Dois Irmãos, além de prejuízos expressivos à agricultura familiar local.

No plano jurídico, segue o alerta que queimada é crime ambiental e pode ser usada para questionar a função social da propriedade, inclusive com risco de desapropriação em situações de omissão. Quando o incêndio tem origem em terceiros ou na rede elétrica, é essencial comprovar medidas preventivas. Em contexto de estiagem e alta recorrência de focos, omissões documentais podem fragilizar a defesa do produtor.



O que o produtor deve fazer agora (provas e prevenção):

- *Aceiros e prevenção: executar e registrar em vídeo (com data e GPS) a abertura/manutenção de aceiros e outras ações preventivas; guardar relatórios e mapas.*
- *Capacitação da equipe: solicitar formalmente ao Corpo de Bombeiros treinamentos; contratar técnico de segurança quando aplicável; documentar com fotos, certificados e listas de presença.*
- *Infraestrutura mínima: manter caminho-pipa, abafadores e EPIs em condições de uso; revisar estradas internas para acesso rápido.*
- *Redes elétricas: oficializar a Energisa pedindo manutenção preventiva em trechos críticos (posteameto em áreas de vegetação seca); guardar protocolos.*
- *Ocorrência e investigação: ao identificar foco, acionar Bombeiros e Polícia, registrar B.O. e solicitar investigação; coletar imagens e testemunhos.*
- *Conformidade legal: observar proibições de uso do fogo no período crítico; orientar parceiros e arrendatários; formalizar avisos por escrito.*

Por que documentar tudo? A prova de diligência (aceiros, ofícios, treinamentos, equipamentos, B.Os.) reduz passivos e fortalece a posição do produtor em casos de responsabilização, principalmente quando houver indícios de terceiros ou falhas de infraestrutura.

Em Palmas e entorno, o Corpo de Bombeiros mantém monitoramento 24h da serra (área sensível e de difícil acesso) e opera de forma preventiva, com força-tarefa e apoio de brigadas municipais — um modelo que reforça a importância da coordenação local (fazendas-municípios-estado) na temporada seca.

Fontes: G1 Tocantins (dados e casos de 2025 com base no INPE; depoimentos de IPAM/MapBiomas Fogo e autoridades locais); Aprosoja Tocantins (orientações jurídicas e operacionais a produtores; declarações de Alessandra Sampaio); INPE (estatísticas de focos de calor no Tocantins).

DOMINE O AGRONEGÓCIO DO FUTURO.

PORTFÓLIO DE CURSOS DO SENAR



Tecnologia no Campo:
Drones e Agricultura de Precisão



Gestão Rural e
Empreendedorismo Rural



Manejo Sustentável e
Segurança no Trabalho



SENAR
Tocantins

www.
sistemafaetsenar.org.br
/SistemaFaetSenar
/SistemaFaet
/FaetSenar

Idade Mínima **18 anos**

INFORME SETORIAL

Os Informes Setoriais reúnem a participação institucional da FAET em reuniões, oficinas, comissões e conselhos estratégicos, tanto em nível estadual quanto nacional. Esses relatos detalham as principais pautas discutidas, deliberações tomadas e posicionamentos técnicos defendidos pela entidade, oferecendo uma visão atualizada sobre temas relevantes ao agronegócio, como políticas públicas, legislação, infraestrutura, sustentabilidade e representatividade rural. São registros que fortalecem a transparência e demonstram o compromisso da FAET com o desenvolvimento do setor produtivo tocanтинense.

01 08
JULHO SETEMBRO

Reuniões do GT de Regulamentação da Lei de Bioinsumos – CNA/MAPA

Entre julho e setembro de 2025, ocorreram as reuniões do grupo de trabalho voltado à regulamentação da Lei de Bioinsumos, em articulação entre a CNA e o MAPA. Nesse período, foi alinhado o escopo do decreto e o calendário de trabalho, com foco em dar segurança jurídica à produção on-farm sem engessar a inovação. As discussões seguiram em subgrupos (vegetal e animal) para acelerar consensos técnicos.



Ficou pactuada a consolidação de uma posição setorial objetiva para apresentar ao MAPA, a defesa de um cadastro simplificado para unidades on-farm com diretrizes de boas práticas, e o avanço em definições técnicas de referência que evitem sobreposições regulatórias. As próximas reuniões permanecem em calendário quinzenal e pontos ainda abertos terão redação final nas próximas rodadas, sendo reportados na edição seguinte do boletim.

02
JULHO

Reunião da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas – CNA

Na reunião de julho, a Comissão tratou como pauta central a qualidade e classificação de grãos, com ênfase em classificação automatizada da soja para reduzir a subjetividade e dar previsibilidade ao produtor. Foram apresentados testes com NIR/IV próximo, raio-X e imagem hiperespectral, além de um plano de validação inter-regional e futuras demonstrações técnicas. Membros relataram descontos por umidade sem padrão e divergências de equipamentos e procedimentos entre recebedores (peneiras, curvas de medidores, acesso a “normas operacionais”), apontando a necessidade de referencial técnico único e contra-prova imediata (modelo de unidade móvel/laboratório em campo).

Como encaminhamentos, a Comissão consolidará contribuições oficiais das federações sobre gargalos e tabelas praticadas, avançará

na proposta de incorporar uma fórmula técnica de quebra por umidade em norma (em alinhamento com referências de armazenagem) e avaliará medidas legais para dar caráter obrigatório ao cumprimento dos procedimentos técnicos de classificação, preservando celeridade e sem burocratizar a relação comercial.



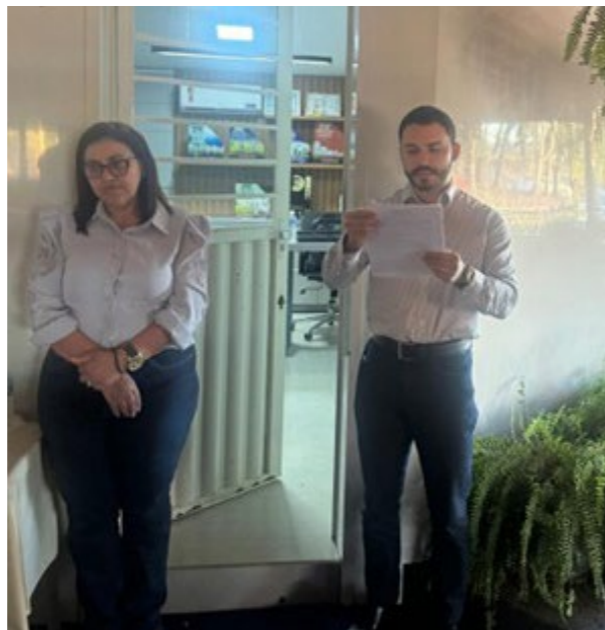
02
JULHO

Apoio jurídico aos trabalhos da mesa coletora de votos na eleição da chapa do Sindicato Rural de Formoso do Araguaia

A FAET, por meio de sua assessoria jurídica, acompanhou a realização da eleição do Sindicato Rural de Formoso do Araguaia, assegurando transparência e regularidade ao pleito.

Durante o processo eleitoral, a assessoria jurídica prestou suporte, orientando sobre os procedimentos legais, esclarecendo dúvidas dos eleitores e fiscalizando os atos praticados.

Além disso, a assessoria foi responsável pela redação das atas de coleta e apuração de votos, acompanhando o fechamento da urna e a contagem final, garantindo segurança jurídica e reforçando a confiabilidade do processo eleitoral.

08
JULHO

141ª Reunião CDE

O Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Tocantins CDE-TO, na qual a FAET tem representatividade, se reuniram no dia 08 de julho de 2025 na 141ª Reunião Ordinária para discussão e votação de processos de empresas para incentivo fiscal do Programa PROINDÚSTRIA, instituído pela Lei nº 1.385/2003 na modalidade expansão e implantação. Quais sejam as empresas beneficiadas:

- **Laticínio Fortaleza Ltda. (Goianorte)** – fabricação de laticínios – modalidade expansão (prorrogação do benefício fiscal).
- **Marques e Martins Ltda. (Araguaína)** – produção de artefatos e estampados de metal – modalidade implantação.

- **River Boat Indústria e Comércio de Embarcações Ltda. (Palmas)** – construção de embarcações para esporte e lazer – modalidade expansão.
- **Carlos Magno Martins Leal Ltda. (Colméia)** – fabricação de laticínios – modalidade expansão (prorrogação do benefício fiscal).
- **Só Calcário Ltda. (Piraquê)** – extração e beneficiamento de calcário e dolomita – modalidade implantação.

Com sua representação no conselho, a FAET reforça o compromisso em apoiar empreendimentos que atendam aos critérios do PROINDÚSTRIA, especialmente os que fortalecem a cadeia produtiva do agro no Tocantins.

10
JULHO

Tratativas com a concessionária Energisa

Como desdobramento da **Audiência Pública da ANEEL nº 002/2025** e em atenção às políticas públicas voltadas ao

fortalecimento do setor agropecuário no Tocantins, a FAET e a ENERGISA avançaram no diálogo para identificar gargalos na

infraestrutura energética do meio rural e propor soluções que melhorem a prestação dos serviços de distribuição de energia.

A FAET conduziu tratativas para criação de um termo de adesão, entre os produtores rurais e a concessionária, possibilitando que os produtores realizem, de forma regular e autorizada, a limpeza das faixas de servidão de energia elétrica que atravessem suas propriedades.

Além disso, no referido termo de adesão a FAET busca estabelecer com a Concessionária de Energia (ENERGISA) se comprometa ainda a realizar a manutenção corretiva e preventiva na rede elétrica.

Atualmente o termo de adesão encontra-se em fase de alinhamento entre o setor produtivo e a Concessionária de Energia Elétrica (ENERGISA), para assim que finalizado possa ser colocado em prática.

??
JULHO

191ª, 192ª, 193ª e 194ª Reuniões Ordinárias da CTPAJ do COEMA

A Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos do **Conselho Estadual de Meio Ambiente - COEMA**, analisou, a minuta de Resolução que regulamenta os procedimentos do Cadastro Ambiental Rural (CAR), o Programa de Regularização Ambiental (PRA) e os Termos de Compromisso.

O objetivo central da discussão na câmara foi a segurança jurídica e aplicabilidade da regulamentação do cadastro ambiental rural, regularização ambiental e os Termos de Compromisso no âmbito do Estado do Tocantins, em atenção ao Código Florestal (Lei nº 12.651/2012).

A atuação da assessoria jurídica da FAET na referida comissão foi marcada

pela defesa da segurança jurídica dos produtores rurais, questionando dispositivos que poderiam gerar interpretações equivocadas ou impor obrigações desproporcionais.

Como resultado, a minuta de resolução foi aprovada na 194ª reunião, com parecer jurídico que confirmou sua constitucionalidade e legalidade, sendo encaminhada ao Plenário do **COEMA**.

Desta forma o trabalho na Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos consolidou o avanço regulatório da resolução e a FAET reforçou a representação dos produtores no processo normativo.

28
JULHO

Reunião Nacional de Equideocultura da CNA

A Reunião da Comissão Nacional de Equideocultura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) foi realizada no dia 28 de julho de 2025, durante a 42ª Exposição Nacional do Mangalarga Marchador em Belo Horizonte. A reunião ocorreu em formato híbrido, com a realização presencial no Parque da Gameleira em Belo Horizonte – MG e transmissão por videoconferência.

O objetivo da reunião foi discutir a apresentação sobre as conquistas perante a Lei nº 15.021/2024, que trata de material

genético e biotecnologias reprodutivas aplicadas à reprodução de equídeos, a fim de atualizar a Lei nº 6.446/1977.

A Lei nº 15.021/2024 estabelece regras para o controle do material genético animal e para a clonagem de animais domésticos de interesse zootécnico. Define conceitos como clonagem, clone, doador, fornecedor e ciclo de produção fechado. Determina que a fiscalização caberá a órgão federal, abrangendo laboratórios, fornecedores, estabelecimentos rurais e portos.

O fornecimento de material genético ou clones só poderá ser feito por fornecedores registrados, com identificação e controle oficial dos animais doadores. Institui a obrigatoriedade de certificados sanitários e de propriedade, além da criação de um banco de dados público com informações genéticas para rastreabilidade. O fornecedor é responsável por danos causados a terceiros, à saúde pública, à sanidade animal ou ao meio ambiente, inclusive quando usar material genético sem comprovação de origem.

Os clones devem ser identificados e controlados durante toda a vida. Prevê infrações e penalidades que incluem advertência, multa de R\$ 1.500 a R\$ 1,5 milhão, suspensão, apreensão, interdição de atividades, destruição do material genético, cancelamento de registros e até esterilização dos clones. A clonagem comercial de espécies silvestres nativas e a liberação ambiental de clones só poderão ocorrer com autorização prévia do órgão ambiental federal. A lei revoga a Lei nº 6.446/1977 e entrará em vigor 90 dias após a publicação oficial.



Além disso, foi apresentado um panorama geral com as atualizações sobre o Passaporte Equestre – CNA, indicando os estados que já o implantaram por meio de lei estadual e que efetivamente o implementaram.

O Passaporte Equestre foi criado para simplificar a emissão da GTA e facilitar o trânsito de equídeos. Uma vez que para emissão de GTA's os produtores podem enfrentar dificuldades, pois o processo exige deslocamento até escritórios da defesa sanitária em horário comercial, outros possuem dificuldades de emissão online ou limitações de rede de internet.

Com o novo sistema, por meio de aplicativo, será possível registrar e gerenciar dados sanitários e de identificação dos animais, permitindo a emissão eletrônica de documentos a qualquer momento e lugar, desde que os requisitos sanitários sejam cumpridos.

A ferramenta centraliza em um ambiente digital todas as informações sobre os equídeos, garantindo maior eficiência e rastreabilidade nas movimentações, tanto de ida quanto de retorno.

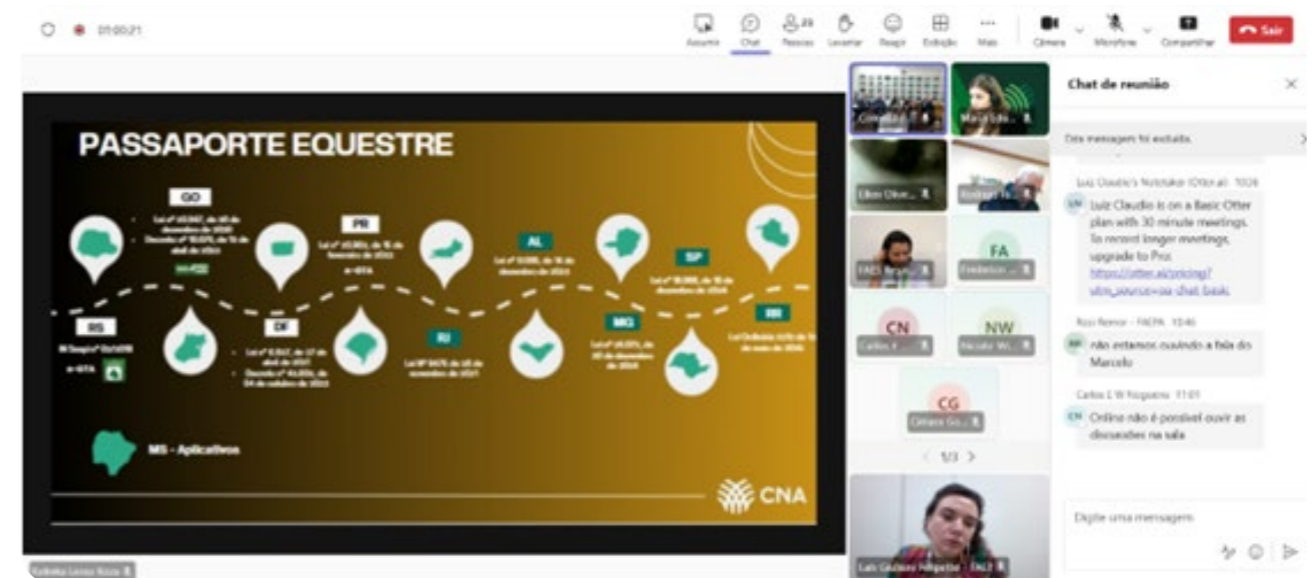
Situação do passaporte equestre nos estados:

- **Implementado: Goiás, Paraná, Rio Grande do Sul.**
- **Leis aprovadas- em regulamentação-elaboração de Decretos: São Paulo, Minas Gerais, Alagoas, Rio de Janeiro, Roraima.**
- **Implementado via convênio: Distrito Federal (com Goiás).**
- **Não possui legislação específica, mas existem app's que modernizam o trânsito de equídeos: Mato Grosso do Sul.**
- **Não possui legislação do passaporte equestre, mas exames de AIE e Mormo são de 180 dias: Santa Catarina.**

O principal benefício é a possibilidade de trânsito de equídeos de forma segura, ágil e monitorada, com efetivo controle sanitário. Além disso, os convênios fomentam o uso de uma base de dados única, permitindo que diferentes estados operem de forma sincronizada, com menor custo operacional para os produtores e maior confiabilidade das informações do setor.

O Passaporte Equestre é viável e desejável em nível nacional. Há projetos de lei em tramitação no Congresso (PL 3650/2021 e PL 183/2024) para institucionalizá-lo em todo o Brasil e avançar para equivalência internacional.

Enquanto isso, a adesão estadual e convênios são caminhos práticos para ampliar o alcance da ferramenta.



30
JULHO

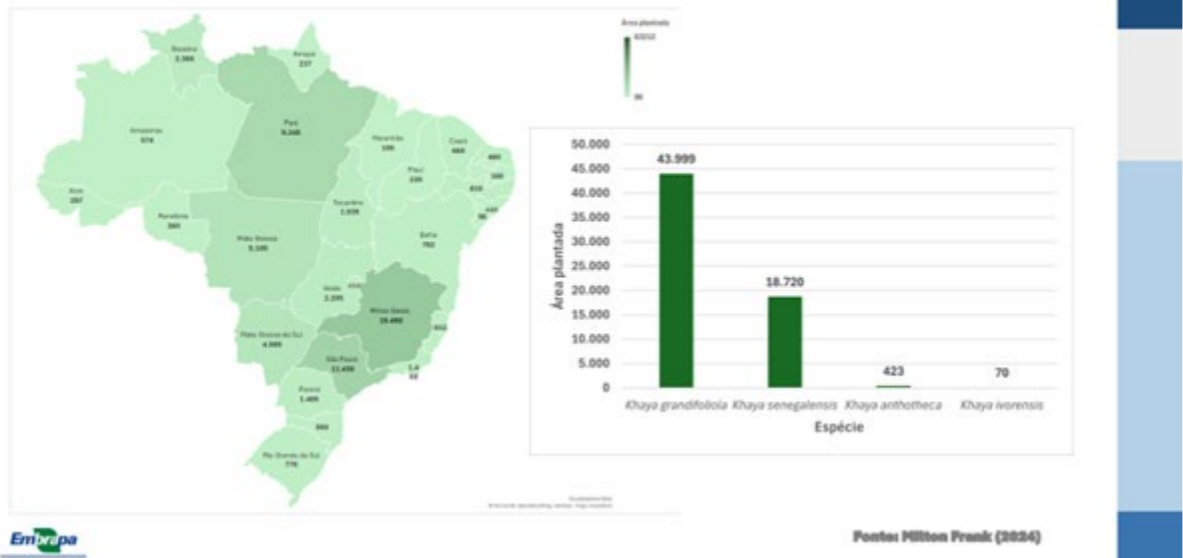
Reunião da Comissão Nacional de Silvicultura e Agrossilvicultura – CNA

A reunião tratou de defesa da concorrência na cadeia da borracha natural (estudo jurídico-econômico e cautela quanto a eventual provocação do CADE), do pleito para manutenção da alíquota de importação na LETEC para borracha (18%) com articulação junto a ministérios, e dos possíveis impactos do “tarifaço” dos EUA sobre produtos florestais (molduras, compensados e celulose), com relatos de empresas e estados mais expostos. Houve atualização sobre mogno africano (painel Campo Futuro, cenário de mercado, necessidade de dados oficiais desagregados no IBGE, proposta de programa de

capacitação e referências de preços de madeira serrada), além de licenciamento/regularização ambiental na silvicultura (experiências estaduais como MS e GO; no RS, preocupação com investimentos e zoneamento recém-atualizado).

Encaminhou-se a continuidade do monitoramento regulatório e de comércio exterior, coleta de evidências e estatísticas pelas federações/associações, manutenção do grupo de trabalho para acompanhar LETEC/CAMEX e mercado, e retorno em próxima reunião com consolidação de informações.

Plantios de mogno-africano no Brasil



04
AGOSTO

27ª Reunião Ordinária da CTPFERH do CERH

Na 27ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de Acompanhamento da Aplicação dos Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - CTPFERH do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH, realizada em 4 de agosto de 2025, onde foi debatida a readequação do plano de aplicação dos recursos do Fundo Estadual

de Recursos Hídricos, sem alteração do valor total.

As mudanças priorizaram a **continuidade do programa QualiÁgua, diante do corte de recursos federais**. Após discussão em reunião, o processo foi submetido ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH.

06
AGOSTO

20ª Reunião Ordinária do CETER

Na 20ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho Emprego e Renda - CETER, foi aprovado um aditivo no Plano de Ação e Serviços (PAS), incluindo a suplementação de R\$ 338 mil para estruturação das Casas do Trabalhador em Palmas (**Centro e Taquaralto**), com recursos federais e contrapartidas estaduais.

Foi discutida a etapa estadual da Conferência Nacional do Trabalho, prevista para o dia 30 de setembro, com definição de quórum mínimo de 60 repre-



sentantes tripartites, governamental, empregadores e laborais.

Também foi apresentado o layout explicativo das unidades da Casa do Trabalhador em Palmas (**Centro e Taquaralto**), que serão de acordo ao padrão nacional.

Bem como definido sobre a inscrição em curso de capacitação de Conselheiros em Emprego, Trabalho e Renda que visa qualificar conselheiros para análise e apro-

vação de recursos federais, fortalecendo a atuação técnica e consciente no âmbito do **CETER**.

Como encaminhamento ficou definido que os conselheiros se organizem para a Conferência Nacional do Trabalho - Etapa Estadual bem como dar continuidade aos trâmites para liberação dos R\$ 338 mil aprovados para estruturação das Casas do Trabalhador em Palmas.



06
AGOSTO

Câmara Setorial do Leite do Estado do Tocantins

Ocorreu a 1ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial do Leite do Estado do Tocantins, que foi realizada no dia 06 de agosto de 2025, de modo híbrido na sede da SEAGRO, com o objetivo de reativação da mesma, e para tanto solicitamos a indicação de um titular e suplente para comporem a Câmara.

A Câmara Setorial do Leite (CSL) foi reativada, com o objetivo de ser um fórum de discussão e busca de soluções para os problemas e oportunidades do setor. Na oportunidade foram discutidos a eleição da instituição Presidente e da secretaria executiva; Posse dos conselheiros indicados; Revisão do Planejamento Estratégico; Proposições de ações para fortalecimento da cadeia produtiva; Calendário de próximas reuniões.

Na oportunidade foi enfatizada a necessidade da maior organização e participação dos produtores de leite para o bom funcionamento da mesma, além disso foi eleita a nova Diretoria, sendo a FAET, a 1ª Vice Presidência, o RURALTINS, a 2ª Vice Presidência, o SINDILEITE, a Secretaria Executiva, a SEAGRO, todos por unanimidade, para o biênio 2025/2027.

Além disso, ficou definido a criação de um grupo de trabalho, com os seguintes representantes: FAET/RURALTINS/SINDILEITE/SEAGRO/FIETO para revisarem o planejamento estratégico e o regimento da CSL, onde apresentarão durante a 11ª reunião ordinária, agendada para 12/9/25 às 9 h no auditório da FAET.

07
AGOSTO

Reunião Extraordinária da Comissão Nacional de Fruticultura – CNA

Reunião realizada em 7 de agosto de 2025, convocada para tratar dos impactos do “tarifaço” dos EUA sobre a fruticultura brasileira e organizar a resposta institucional. A coordenação apresentou um panorama das exportações de 2024 por fruta (manga, uva, melancia, mamão, melão, entre outras) e a participação do mercado norte-americano, destacando maior concentração das vendas no 2º semestre, quando a sazonalidade aumenta a exposição a tarifas. Em seguida, a área de Relações Internacionais da CNA detalhou o contexto das medidas tarifárias e os canais de atuação paralelos: subsídios técnicos ao governo brasileiro (MAPA/MIDIC) e articulação com importadores via U.S.

Na rodada com federações e lideranças, registraram-se diferenças regionais de exposição (ex.: manga/uva no Vale do São Francisco; mamão no ES) e a necessidade de mapear, em cada estado, impactos e estratégias comerciais em curso (renegociações, cancelamentos, logística). Como encaminhamentos, ficou a entrega rápida de um levantamento qualitativo por estado (percepções de produtores, exportadores e importadores) para subsidiar a defesa setorial, a preparação de contribuições à consulta pública americana (Seção 301) e a agenda de mitigação: pleito de medidas emergenciais de crédito e alongamento em caso de manutenção das tarifas, além de priorização de abertura/diversificação de mercados para frutas mais expostas.

07
AGOSTO

Reunião Câmara Setorial da Psicultura

Durante a reunião da Câmara foram discutidas diversas ações e eventos voltados ao fortalecimento da aquicultura para o segundo semestre de 2025. Entre as iniciativas de capacitação foi destacada a formação de 100 profissionais pela ADAPEC na área de sanidade aquícola, além da proposta de utilização da plataforma Rede SEPEA, da Secretaria da Pesca e Aquicultura, para cursos online e novos treinamentos. Também foram abordados os eventos estaduais que acontecerão no estado.

No âmbito regulatório, houve a prorrogação do prazo do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) até 30 de julho de 2026, embora exista movimento pela extinção do registro, já que, no Tocantins, menos de 30% das pisciculturas estão cadastradas. A SEPEA se colocou à disposição para apoiar o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) na emissão dos registros e destacou a necessidade de modernizar o processo.

Também foi apresentado a publicação do Edital de Chamamento Público para a distribuição de 130 milheiros de alevinos e rações iniciais para aquicultores familiares, e mais 20 milheiros para comunidades indígenas

e quilombolas, totalizando 150 milheiros. O cadastramento para este programa começará em 11 de agosto e será feito online em parceria com o Ruraltins, de forma que o objetivo do projeto é fomentar a cadeia da piscicultura familiar. Os resultados serão monitorados pela SEPEA em conjunto com o Ruraltins e a Embrapa, uma oportunidade de gerar resultados zootécnicos econômicos.

Por fim, foi informado que as ações do Censo Aquícola 2025 terão início em dezembro, apesar das dificuldades na aquisição de equipamentos para a coleta de dados. Além disso, está sendo desenvolvido um aplicativo em parceria com a Agência de Tecnologia da Informação do Estado, a fim de apoiar a coleta de dados.



Formação Técnica

Curso Técnico em SEGURANÇA DO TRABALHO

NOVO CURSO **GRATUITO** EaD

Ananás • Gurupi
Paraíso do Tocantins



Curso Técnico em ZOOTECNIA EaD

GRATUITO EaD

Ananás • Gurupi • Taguatinga
Paraíso do Tocantins



Inscrições abertas:
Processo Seletivo
Senar e-Tec 2026.1

Conecte-se com
seu futuro no Agro

**Destaque-se como
profissional técnico**

Processo Seletivo Senar e-Tec 2026.1
Conecte-se com seu futuro no Agro



Inscreva-se

etec.senar.org.br

07 23
AGOSTO SETEMBRO

REDD+

No dia 07 de agosto de 2025, a FAET e demais entidades do agronegócio reuniram-se com representantes do Governo do Tocantins para discutir o contrato firmado com a Mercuria Energy Group, empresa parceira da Tocantins Parcerias na comercialização dos créditos de carbono gerados pelo estado no âmbito do programa REDD+.



O Tocantins foi o primeiro estado do país a submeter seu sistema jurisdicional ao padrão internacional ART Trees, referência mundial na certificação de créditos.

Durante a reunião, os representantes do governo assegurou que o contrato não impõe novas restrições à produção rural, limitando-se à certificação dos créditos já conquistados entre 2020 e 2024 pela redução de emissões e combate ao desmatamento.

O secretário Marcelo Lélis destacou que o objetivo é garantir retorno financeiro ao estado pelos resultados ambientais alcançados. As entidades solicitaram acesso integral ao contrato, compromisso assumido pelo governo. Segundo Paulo Carneiro, presidente da FAET, o documento será analisado por assessorias jurídicas para assegurar transparência, segurança e equilíbrio entre sustentabilidade e desenvolvimento produtivo. Para mais informações, acesse a notícia completa [clique aqui](#).

Dando continuidade às tratativas sobre o Projeto Jurisdicional de REDD+, a convite do presidente da Frente Parlamentar do Agro, deputado Gutierrez, foi realizada em 23 de setembro uma reunião na Assembleia Legislativa do Tocantins. Na ocasião, a FAET participou dos debates sobre o contrato firmado pelo Governo do Estado, por meio da Tocantins Parcerias, com a empresa suíça Mercuria. Durante o encontro, foram reforçados pontos como a vedação de restrições além do Código Florestal, a importância do combate ao fogo e o cumprimento da legislação ambiental, além da necessidade de ampla consulta pública sobre a aplicação dos recursos. A FAET cobrou transparência, questionou o termo de confidencialidade exigido para acesso



ao contrato entre a TOPAR e Mercuria, durante a reunião foi criada uma comissão para análise do contrato firmado onde a FAET garantiu a presença de dois representantes na comissão criada pela Frente Parlamentar Agropecuária (FPA).

08
AGOSTO

Zoneamento ecológico e econômico

No dia 18 de agosto de 2025, a FAET organizou uma reunião com a presença de sindicatos rurais, produtores e associações rurais para apresentar análise técnica do projeto do Zoneamento Ecológico-Econômico do Tocantins (ZEE-T0).

O estudo foi conduzido pelo advogado Dr. Hércules, que apontou inconsistências técnicas e jurídicas, além do risco de inconstitucionalidade do projeto de Lei na Assembleia Legislativa, bem como o aumento das restrições à produção agropecuária no estado.

No mesmo dia à tarde, o Governador do Tocantins anunciou a retirada do

projeto de lei do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Tocantins, que tramitava na Assembleia Legislativa. A decisão atendeu a pedido das entidades do agronegócio, que apontaram riscos de restrições produtivas com a possível inconstitucionalidade da proposta.

O governador afirmou não querer limitar investimentos no estado e garantiu a participação do setor rural na nova elaboração do ZEE. As lideranças do agro elogiaram a medida, destacando o compromisso com o desenvolvimento e a segurança jurídica.

Para mais informações e leitura da matéria completa [clique aqui](#).

11 E 19 02 E 22
AGOSTO SETEMBRO

Reuniões da Comissão Organizadora da II Conferência Nacional do Trabalho – Etapa Estadual em Palmas

As reuniões da **Comissão Organizadora da II Conferência Nacional do Trabalho – Etapa Estadual** ocorreram nos dias 11 e 19 de agosto e 02 e 22 de setembro de 2025, todas na sede da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE/TO, em Palmas.

Participam da bancada dos empregadores as seguintes entidades e federações: **FAET, FECOMÉRCIO, FIETO, SINDESTO, CNT e OCB/TO**.

Nesses encontros, a **FAET participou como membro da bancada** dos empregadores, dialogando com representantes de trabalhadores e governo. Foram definidos a composição da Comissão Organizadora Estadual, o número máximo de 60 participantes, distribuídos de forma paritária entre as três bancadas, além de definições de aspectos logísticos como local, horários, credenciamento digital e cronograma da conferência.

Também foram apresentadas e realizada a leitura do Regulamento e das diretrizes nacionais, reforçando o compromisso das bancadas com o fortalecimento do diálogo na etapa estadual da conferência do trabalho.

As reuniões tiveram como objetivo organizar a conferência estadual, que ocorrerá em Palmas - TO no dia 30 de setembro de 2025.

19
AGOSTO

Reunião da Comissão Nacional de Aquicultura da CNA

O encontro teve como foco principal a análise dos impactos da elevação tarifária aplicada pelos Estados Unidos da América sobre produtos brasileiros, bem como o alinhamento da posição da CNA nas Consultas Públicas referente às Portarias SDA/MAPA Nº 1.280/2025 e a SDA/MAPA Nº 1.295/2025, relacionadas ao bem-estar animal e a atualização de dados estatísticos sobre o comércio exterior de pescados.

O ponto central da reunião foi a discussão dos efeitos das tarifas impostas pelos EUA às exportações brasileiras, decorrentes da investigação aberta sob a Seção 301 da Lei de Comércio Americana. As medidas afetam diretamente a piscicultura nacional, com destaque para as exportações de tilápia, um dos principais produtos do setor.

A diretora de Relações Internacionais da CNA, Sueme Mori Andrade, apresentou um panorama detalhado das ações recentes do governo norte-americano:

- *Abril/2025: instituição de tarifa de 10% sobre produtos brasileiros;*
- *Julho/2025: aumento adicional de 40%, totalizando 50% de taxação;*
- *15 de julho/2025: início da investigação da Seção 301, que autoriza os EUA a adotar medidas unilaterais em resposta a práticas comerciais consideradas desleais.*

A investigação norte-americana abrange seis eixos temáticos: comércio digital e pagamentos eletrônicos; tarifas preferenciais; práticas anticorrupção; acesso ao mercado de etanol; desmatamento ilegal e propriedade intelectual.

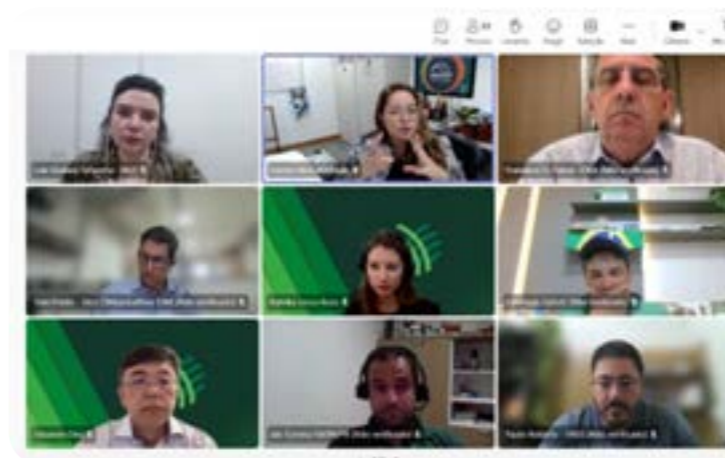
A CNA apresentou contribuição formal à Consulta Pública encerrada em 18 de agosto de 2025, abordando especialmente os temas de acordos preferenciais, etanol e desmatamento. O Governo Federal também encaminhou sua defesa oficial, reforçando que o agronegócio brasileiro é sustentável, baseado em tecnologia e desvinculado de práticas de desmatamento ilegal.

Como desdobramento, a CNA participou da audiência pública em Washington-EUA, que aconteceu nos dias 03 e 04 de setembro de 2025, com tempo de fala de cinco minutos, defendendo o setor agropecuário e aquícola brasileiro perante as autoridades americanas.

Durante a reunião, os participantes ressaltaram que as medidas impostas pelos Estados Unidos possuem caráter político e protecionista, representando potenciais sanções unilaterais ao comércio brasileiro. O cenário de curto prazo foi avaliado como desfavorável, com perspectiva de manutenção das tarifas até 2026.

Também foi destacada a fragilidade diplomática do Brasil no enfrentamento dessas barreiras comerciais, além de ações internas que comprometem a imagem do setor produtivo nacional no exterior, caracterizando um processo de autossabotagem institucional.

As elevações tarifárias tendem a reduzir a competitividade dos produtos brasileiros, em especial da tilápia, no mercado norte-americano, um dos principais destinos das exportações do setor. Além da perda de espaço comercial, as medidas



podem provocar retração nas receitas, desestímulo à produção e redirecionamento forçado para mercados alternativos.

Os membros da Comissão destacaram a necessidade de atuar de forma coordenada com o governo e o setor privado, buscando estratégias diplomáticas e comerciais que mitiguem os prejuízos e reforcem a credibilidade internacional da aquicultura brasileira.

20
AGOSTO

Reunião da Rastreabilidade SEAGRO

No dia 20 de agosto foi realizada a primeira reunião do Grupo de Trabalho, de modo que foram convidados produtores rurais, entidades de classe, técnicos, instituições de pesquisa e representantes dos governos estadual e federal. O objetivo é que ocorra um esforço conjunto e colaborativo para discutir, construir e garantir que o Tocantins esteja preparado para competir em igualdade com os principais polos pecuários do Brasil e do mundo.



Foram promovidas palestras e debates sobre a rastreabilidade individual de bovinos, incluindo uma apresentação geral do MAPA, assim como do sistema informatizado da Agrodefesa de Goiás, que servirá como referência para a futura implantação no Tocantins. Também foram discutidos temas relacionados à identificação individual bovina e à relevância da rastreabilidade para a indústria frigorífica, com participação ativa de representantes do setor produtivo estadual.

A rastreabilidade individual é uma iniciativa do MAPA, por meio da Portaria SDA/MAPA Nº 1.331, de 21 de julho de 2025 que institui o Cronograma de Implementação do Programa Nacional de Identificação Individual de Bovinos e Búfalos. A rastreabilidade individual, instituída pela Portaria SDA/MAPA Nº 1.331/2025, é uma iniciativa do MAPA que estabelece um

cronograma para identificar bovinos e búfalos individualmente.

O sistema vai permitir acompanhar todas as etapas da vida do animal e da produção de carne, superando as limitações da rastreabilidade por lotes, especialmente em casos de surtos sanitários. Seus principais benefícios incluem controle sanitário, rapidez em emergências, acesso a mercados exigentes e maior transparência. O programa visa fortalecer a segurança alimentar, a sustentabilidade e a valorização da pecuária, atendendo às exigências de qualidade e procedência.

A FAET manifestou apoio à iniciativa e assumiu o compromisso de acompanhar todas as etapas do processo de implementação da rastreabilidade, assegurando suporte técnico e orientações aos produtores rurais.



Em 20 de agosto de 2025, aconteceu a reunião da Comissão Nacional de Meio Ambiente da CNA, que teve como foco discussões cruciais para o setor agropecuário e as questões ambientais. A pauta principal abordou os vetos da nova lei de licenciamento ambiental e o impacto do Plano de Mitigação Climática.

O debate sobre a legislação de licenciamento ambiental foi marcado pela preocupação com a distribuição da responsabilidade entre os setores. A comissão apontou que, enquanto o setor agropecuário tem sido sobrecarregado com a responsabilidade de reduzir até 68% das emissões de gases de efeito estufa, outros setores, como a energia, teriam espaço para aumentar suas emissões. Esse ponto gerou uma série de ações, incluindo consultas públicas e discussões com o governo para tentar corrigir as distorções e evitar uma excessiva oneração do agro.

A Comissão também discorreu sobre os impactos da aplicação dos embargos ambientais, especialmente os coletivos, que têm gerado grandes problemas para os produtores. O principal desafio identificado foi a falta de celeridade nos processos de desembargo, que tem prejudicado a produção e acesso ao crédito. A comissão discutiu propostas de simplificação dos processos e a criação

de alternativas jurídicas para agilizar o desbloqueio de propriedades embargadas, além da necessidade de maior transparência nos dados sobre infrações ambientais.

Outro ponto destacado foi a preocupação com a atual configuração do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a necessidade de modernização dos processos de regularização fundiária e ambiental. A Comissão reafirmou o compromisso de pressionar o governo para a melhoria da legislação, especialmente no que diz respeito à isenção de licenciamento para propriedades de menor porte.

Foram definidos os seguintes encaminhamentos: quanto ao Plano Climático, será elaborada uma proposta de contestação relacionada à atribuição setorial de responsabilidade pelas emissões de gases de efeito estufa, além da revisão e adequação das metas estabelecidas para o setor agropecuário. Em relação aos Embargos Ambientais, será desenvolvido um projeto piloto com o objetivo de agilizar o processo de desembargo de áreas, priorizando aquelas cuja resolução seja mais simples. Por fim, no que se refere ao Licenciamento Ambiental, haverá acompanhamento contínuo das modificações nos vetos, buscando reduzir a burocracia e ampliar a transparência em todo o processo.

22 AGOSTO Reunião Comissão Nacional de Bovinocultura de Corte da CNA

Foram apresentados o cenário atual do tarifação para o setor da bovinocultura de corte, de modo que o México superou os EUA e agora já é o segundo país que mais importa carne bovina do Brasil. Além disso, foi relatado que foram abertos novos mercados para a carne brasileira com osso para Filipinas, Indonésia e abertura de comércio para São Vicente e Granadinas.

Além disso, foi abordada a Consulta Pública das Portarias SDA/MAPA Nº 1.280/2025 e a SDA/MAPA Nº 1.295/2025, assim como as proposições sugeridas pela CNA, a fim de determinar as complexidades apresentadas pela ideia inicial divulgada pelo MAPA. Na Comissão também foram escutadas as opiniões dos demais integrantes, juntando as perspectivas da realidade com a exequibilidade do que está sendo proposto, a fim de contribuir com as demais proposições já externadas.

Outra pauta apresentada foi o Congresso Nacional da Carne (CONACARNE), que será organizado pela CNA e o Sistema FAEMG/SENAR, de modo que foi reforçado o convite todos os membros da Comissão. O CONACARNE será um excelente evento para discutir inovação, tecnologia e o



futuro da pecuária brasileira, em um evento que reunirá produtores, técnicos, especialistas e formadores de opinião de toda a cadeia da carne bovina, sendo um encontro técnico de alto nível. A programação será realizada nos dias 18 e 19 de setembro, no Centro de Eventos Expominas, em Belo Horizonte- MG, e contará com a participação de renomados palestrantes e lideranças do setor.

O Sistema FAET/Senar participará do evento em Belo Horizonte por meio de uma comitiva que será composta por: Presidente e Superintendente do Sistema FAET/Senar, Presidentes de Sindicatos Rurais do Estado, assim como corpo técnico do sistema FAET/Senar.

22 AGOSTO Grupo de Trabalho Reunião Câmara Setorial do Leite

No Grupo de Trabalho foi revisado o planejamento estratégico que havia sido descritos no ano de 2013, a partir disso os pontos foram apresentados no documento e os itens avaliados. O planejamento estratégico foi dividido em oito eixos estratégicos:

1. Aumento da produção;
2. Melhoria da qualidade do leite;
3. Educação empresarial e técnica;
4. Assistência técnica e extensão rural;
5. Melhoria da qualidade de vida do produtor;

6. Industrialização e comercialização do leite e derivados;
7. Gestão da informação (planejamento da cadeia de informações);
8. Logística e infraestrutura.

Os eixos estratégicos possuem como objetivo fortalecer as ações, parceiros e realizar movimentos articuladores para cada temática, com intenção de intervir na atuação de cada instituição com seus programas atuantes ou em previsão de atuação.

26
AGOSTO

Reunião Extraordinária da Comissão Nacional de Equideocultura da CNA

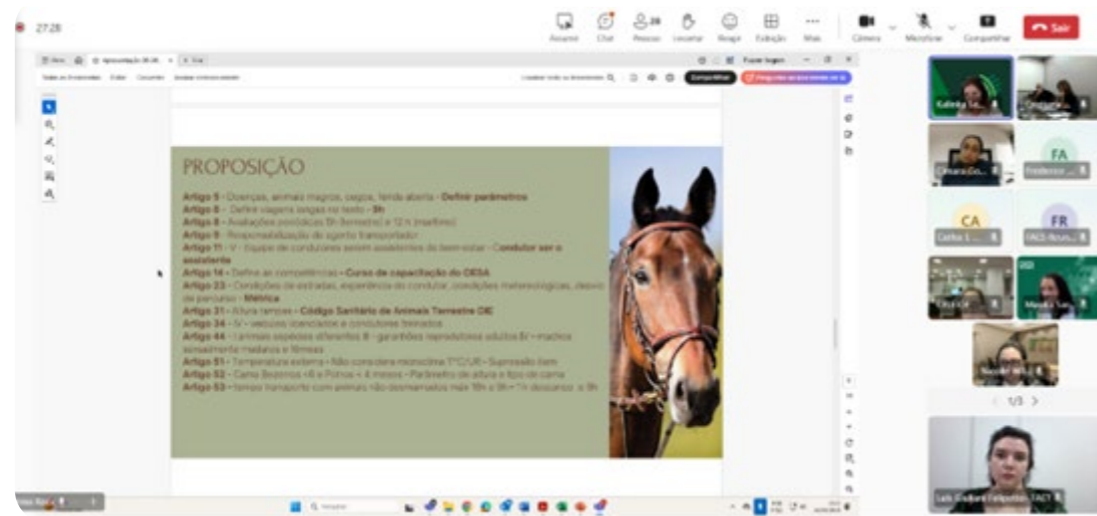
A Comissão discutiu também sobre o alinhamento da posição do Sistema CNA na consulta pública, que estabelecem regras e procedimentos para a proteção e o bem-estar dos animais de produção durante transporte (Portarias SDA/MAPA 1.280/2025 e 1.295/2025. De modo que o setor produtivo, concordando com as demais cadeias, entende que as medidas propostas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária são complexas para a exequibilidade.

Também houve a apresentação do Estudo do Complexo do Agronegócio do Cavalo, assim como estados que serão participantes do mesmo. Vale ressaltar que a FAET em junto com a CNA, irá organizar um dos painéis do estudo no estado no dia 15 de setembro de 2024.

O segundo estudo do Complexo do Agronegócio do Cavalo tem como objetivo aprofundar o conhecimento sobre o setor,

suprindo a carência de análises abrangentes e consistentes que subsidiem políticas e ações voltadas ao desenvolvimento da equinocultura brasileira. Até o momento, os levantamentos realizados não alcançaram a extensão necessária e o tema tem recebido pouca atenção do Governo e de seus órgãos competentes. Diferentemente de bovinos, aves, suínos e ovinos, os equinos ainda não ocupam posição de destaque nas pesquisas e censos oficiais.

Dessa forma, as informações sobre os equídeos ainda são muito escassas e o estudo vai contribuir para o preenchimento desta lacuna, uma vez que ele vai buscar verificar a configuração do Complexo do Agronegócio Cavalo no Brasil, assim como sua dimensão econômica e social. Além disso, serão discutidos alguns aspectos institucionais, de estrutura e desempenho do setor.



26
AGOSTO

Reunião Ordinária do GT Econômico CNA

O Grupo de Trabalho Econômico da CNA reuniu-se em 26/08 para debater dois temas centrais: **Reforma Tributária da Renda (PL 1087/2025)**, onde a CNA conseguiu garantir que a tributação incida sobre o lucro e não sobre o faturamento

da atividade rural, além de propor ampliação do direcionamento das LCAs. A FAET atuou elaborando nota técnica sobre Reforma Tributária da Renda, a qual foi encaminhada aos Parlamentares Federais com intuito de defender os interesses da

classe rural na Câmara dos Deputados, bem como disponibilizada em nosso site institucional. Acesse a íntegra [aqui](#);

Já o Convênio ICMS 100/1997, cuja prorrogação elevou custos com fertilizantes. A CNA atuará na defesa da redução grada-

tiva do ICMS no CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária, ficando a cargo das Federações atuarem juntamente às Secretarias de Fazenda de Estado solicitando a redução gradualmente da alíquota de ICMS sobre fertilizantes com objetivo de zerar em 2030.

27
AGOSTO

Capacitação Febre Aftosa - Adapec Técnicos de Campo

A Capacitação em Notificação de Doenças da Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins (Adapec), em parceria com o FAET/Senar, foi realizada para Técnicos de Campo da Bovinocultura do SENAR, de modo online. Vale ressaltar que a Capacitação Técnica foi um encaminhamento da Equipe Gestora Estadual para Febre Aftosa, uma vez que a FAET estava intermediando as tratativas do grupo com o SENAR e teve como objetivos:

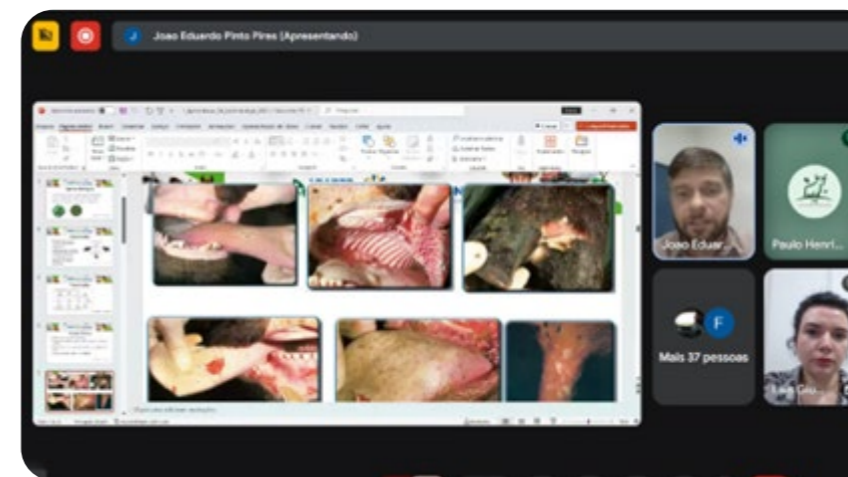
- Capacitar para reconhecer sinais clínicos e epidemiológicos de doenças de notificação obrigatória;
- Orientar sobre os fluxos corretos de comunicação e os procedimentos

oficiais de notificação às autoridades competentes;

- Fortalecer a vigilância em saúde animal e em saúde única (One Health);
- Sensibilizar para a importância da notificação precoce na proteção da saúde pública, sanidade dos rebanhos e sustentabilidade agropecuária;
- Integrar produtores, técnicos, veterinários, agentes de saúde e órgãos de defesa em ações conjuntas.

Em síntese, a capacitação teve como objetivo ampliar a vigilância e resposta sanitária no meio rural, protegendo a saúde animal, humana e a economia do setor. A fim de sensibilizar os participantes quanto à importância da notificação precoce para a proteção da saúde pública, da sanidade dos rebanhos e da sustentabilidade da produção agropecuária.

Por fim, integrando o trabalho entre produtores rurais, técnicos, médicos veterinários, agentes de saúde e órgãos de defesa agropecuária, promovendo uma ação conjunta e coordenada.



27
AGOSTO

Reunião Comissão Nacional Aves e Suínos da CNA

Durante a reunião da Comissão, foram debatidas as Portarias SDA/MAPA nº 1.280/2025 e nº 1.295/2025, que estavam em consulta pública, e que tratam das

normas de proteção e bem-estar dos animais de produção durante o transporte. As portarias geraram preocupação entre representantes dos setores técnico



e produtivo, que expressaram receio em relação à sua implantação e apontaram os principais pontos que precisam ser revistos e melhor discutidos.

Apesar da relevância do tema, as propostas apresentadas não consideram as particularidades do manejo no campo, nem as condições reais das rodovias e do transporte de animais no país. Além disso, podem resultar em um aumento significativo dos custos para as cadeias produtivas de aves e suínos.

Também foi apresentado o III Encontro Nacional das CADECs de Aves e Suínos, que acontecerá nos dias 18 e 19 de novembro, na sede da CNA, em Brasília. O evento reunirá lideranças de produtores integrados para discutir os principais desafios e oportunidades do setor. O Programa CADEC Brasil tem como objetivo fortalecer

os produtores integrados de aves e suínos, bem como suas lideranças nas Comissões para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (CADECs). A iniciativa atua na capacitação de produtores e representantes das CADECs e oferece suporte técnico e jurídico especializado para auxiliar nas negociações com as agroindústrias.

Em seguida, foi feita uma atualização sobre a participação de representantes da CNA nas reuniões do Fórum Nacional de Integração (Foniagro) em 2025, retomadas por demanda dos próprios produtores. O fórum é um espaço de diálogo entre os elos da cadeia, compreendendo atividades agrossilvipastoris (agricultura, pecuária, silvicultura, aquicultura, pesca ou extrativismo vegetal), com foco na melhoria das relações contratuais e da competitividade do setor.



Reunião com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) sobre as Portarias SDA/MAPA nº 1.280/2025 e nº 1.295/2025

No dia 28 de agosto, em dois turnos: manhã e tarde, o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) realizou, a pedido do setor produtivo por meio da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), uma reunião antes do encerramento do prazo para envio de contribuições à Consulta Pública. O encontro teve como objetivo de esclarecer informações sobre as Portarias SDA/MAPA nº 1.280/2025 e nº 1.295/2025, que abordam o bem-estar de animais de produção em transportes.

A FAET participou de toda reunião, de modo que, na ocasião, foram apresentados diversos posicionamentos e preocupações em relação à redação original

das minutas das portarias, manifestados por técnicos, representantes da indústria e produtores. O MAPA esclareceu que os textos das portarias foram elaborados com base em legislações internacionais e reconheceu a pertinência dos pontos levantados durante a reunião.

Além disso, o Ministério reforçou a importância da participação na Consulta Pública, para que fossem devidamente registradas as observações sobre itens considerados inviáveis ou de difícil aplicação, tendo em vista as dimensões continentais do Brasil, as diferentes realidades, até mesmo climáticas, entre os estados e as limitações da malha viária nacional.

27
AGOSTO

Workshop de Construção do Plano de Ação Estadual (Plano ABC+ T0)

Realizado no Auditório do Ruraltins (Palmas-T0), o workshop reuniu técnicos, produtores e instituições parceiras para organizar insumos ao Plano de Ação Estadual do ABC+ Tocantins. A programação contemplou painéis sobre florestas plantadas, sistemas integrados (ILPF e SAF), Sistema Plantio Direto (grãos e hortaliças), polinização e biodigestão/biogás, além de discussões sobre recuperação de pastagens degradadas (PRPD).

As sessões tiveram condução temática do Auditor Fiscal Federal Agropecuário Ricardo Rossi (MAPA), com participação de equipes do Ruraltins, SEAGRO, Embrapa e parceiros. Como encaminhamento,

ficou o registro das contribuições por eixo (solo/água, sistemas integrados, energia/biogás e florestas) para consolidar o Plano ABC+ T0, com manutenção do diálogo técnico entre as instituições e alinhamento das próximas etapas de trabalho.



28
AGOSTO

142ª Reunião Ordinária da CDE-T0

O Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Tocantins CDE-T0, na qual a FAET tem representatividade, se reuniram no dia 28 de agosto de 2025 na 142ª Reunião Ordinária para discussão e votação de processos de empresas para incentivo fiscal do Programa PROINDÚSTRIA, instituído pela Lei nº 1.385/2003 na modalidade expansão e implantação. Quais sejam as empresas beneficiadas:

L & L Indústria e Comércio de Móveis Ltda., localizada no município de Araguaína - T0, que atua no ramo de fabricação de móveis com predomi-

nância de madeira, foi beneficiária na modalidade expansão.

MCN Mineração Centro Norte Ltda, localizada no município de Palmas - T0, que atua no ramo de Extração e Britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado, foi beneficiária na modalidade de expansão.

MT Implementos e Fabricação de Peças e Acessórios Agrícolas Ltda, localizada no município de Paraíso - T0, que atua no ramo de fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária,

peças e acessórios, exceto irrigação, foi beneficiária na modalidade de expansão.

Caliza Mineração Ltda, localizada no município de Taguatinga – TO, que atua no ramo de Extração de calcário e dolomita e beneficiamento associado, foi beneficiária na modalidade implantação.

Med Norte Ltda, localizada no município de Araguaína – TO, que atua no ramo de Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano, foi beneficiária na modalidade implantação.

Só Britas – Extração e Comércio de Pedras Ltda, localizada no município de Araguaína – TO, que atua no ramo de Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento ass., foi beneficiária na modalidade de expansão (prorrogação).

Deste modo a FAET, com um assento no conselho atua para incentivo fiscal de empreendimentos no Estado do Tocantins que atendam os requisitos do programa **PROINDUSTRIA**, em especial os que fomentam a cadeia produtiva do Agro.

29
AGOSTO

4ª Reunião Ordinária do Conselho Jurídico e 4ª Reunião Ordinária da CNRTPS

No dia 29 de agosto de 2025, a FAET participou de duas importantes reuniões promovidas pela CNA:

4ª Reunião Itinerante do Conselho Jurídico, realizada na FARSUL. Foram discutidos os desdobramentos e as discussões no Congresso da PEC 48 (Marco Temporal), além da reforma tributária e da prorrogação da Lei Nº 6.634/79 (Faixa de fronteira).

Também foi apresentada a atuação da CNA no CADE contra a moratória da soja, os riscos de processos estruturais no STF e os embargos coletivos por edital.

A 4ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Relações do Trabalho e

Previdência Social da CNA (CNRTPS/CNA) debateu temas como riscos biológicos na Organização Internacional do Trabalho - OIT, negociações coletivas no RS, impactos da Reforma Tributária nas convenções, pautas trabalhistas no STF e exposição ao calor em atividades a céu aberto.

Também se discutiram as etapas estaduais da Conferência Nacional do Trabalho, com alerta para a necessidade de articulação do setor agropecuário nas propostas que avançarão para a fase nacional.

O encontro reforçou a unidade das federações juntamente com a CNA na defesa dos produtores.

02
SETEMBRO

Segunda reunião sobre Rastreabilidade Bovina

Foi realizada a segunda reunião com o Grupo de Trabalho de Rastreabilidade Bovina, organizada pela Agência de Defesa Agropecuária (Adapec) e Secretaria da Agricultura e Pecuária do Estado (Seagro). Nessa reunião a Adapec informou que fez a adesão do sistema operacional SIDAGO, que é o Sistema de Defesa Agropecuária de Goiás, e que também será utilizado pelo Estado do Tocantins, o mesmo já está em processo de transferência.

Esse sistema servirá tanto para os mecanismos de rastreabilidade, como também para a notificação de doenças obrigatórias. Porém, vale ressaltar que algumas variáveis do sistema poderão ser alteradas, para que a operabilidade seja conforme as necessidades do estado do Tocantins.

Como já citado anteriormente e amplamente discutido na primeira reunião do grupo de trabalho, a rastreabilidade tem um custo significativo de operação, principalmente com a aquisição de brincos. Dessa forma, na segunda reunião foi discutido de modo inicial quais critérios serão abordados para o subsídio da brincagem dos animais, uma vez que todas as

entidades presentes concordam que os brincos subsidiados precisam ser destinados para os pequenos produtores. Vale ressaltar que os pequenos produtores participam do ciclo da cadeia de produção animal, principalmente na venda de terneiros para grandes produtores.

Foram apresentadas duas propostas de doação de brincos: uma para todos animais de propriedades com até 100 animais, a segunda seria a doação de brincos para todos os nascidos no ano com totalidade de 200 animais. Como um dos encaminhamentos da reunião foi que as entidades participantes do GT deveriam analisar as duas propostas e na próxima reunião ocorreria a votação.

Além disso, ficou entre os participantes que será realizado um projeto piloto para desenvolvimento do programa, de modo que nomes dos municípios também serão sugeridos pelas entidades na próxima reunião. Além disso, foi solicitado para os participantes do GT que pensassem em estratégias para a difusão do programa de rastreabilidade entre os produtores, uma vez que inicialmente ele será optativo e depois obrigatório.

05
SETEMBRO

FAET participou da Consulta pública sobre Portarias do MAPA referentes ao bem-estar no transporte de animais

Como apresentado anteriormente, a Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) estava extremamente preocupada com a Consulta Pública referente às Portarias SDA/MAPA nº 1.280 e 1.295/2025 do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), que tratam da definição de novas regras para o bem-estar de animais de produção durante o transporte. Dessa forma, o assunto foi discutido em todas as Comissões Nacionais da CNA, de modo que técnicos e produtores mobilizaram esforços para propor texto e alterar a minuta das portarias.

A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins (FAET) apresentou

manifestação na Consulta Pública, posicionando-se contrariamente a diversos pontos que não refletem a realidade do setor e cuja aplicação seria inexecutável. Ressalta-se que inúmeros artigos, incisos e parágrafos receberam críticas consistentes, com sugestões de supressão de itens e propostas de alteração de redação, de modo a adequar o texto das minutas às práticas produtivas e evitar prejuízos aos produtores rurais.

O documento encaminhado ao MAPA, elaborado em consonância com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), possui 64 páginas e reúne mais de 230 apontamentos. Vale

Senar, levando conhecimento e transformando vidas por todo o Tocantins



www.
sistemafaetsenar.org.br
/SistemaFaetSenar
/SistemaFaet
/FaetSenar

ressaltar que inúmeros apontamentos foram propostos pelos técnicos vinculados ao Departamento Técnico da FAET, observando as realidades do estado do Tocantins, e a CNA replicou os itens para o documento nacional que foi enviado por todas as Federações de Agricultura e Pecuária do Brasil.

As Portarias têm como objetivo estabelecer novas regras para o bem-estar animal no transporte, sendo que as principais mudanças são: avaliação pré-embarque dos animais, proibição de transporte de mamíferos no terço final da gestação, necessidade de programas de autocontrole para o agente trans-

portador, assistente de bem-estar para viagens longas, tratamento para animais que adoecerem no trajeto e parâmetros específicos para qualidade de água dos animais aquáticos.

A FAET elaborou um Parecer Técnico sobre as Portarias, com ênfase nas principais cadeias produtivas do estado do Tocantins (Link do Parecer Técnico). O texto tem como objetivo apresentar o conteúdo das Portarias, abordar os itens que precisam ser discutidos e alterados. Além disso, evidencia os entraves que os produtores rurais tocantinenses poderão enfrentar caso seja mantida a redação original.


09
SETEMBRO

Reunião da CNRTPS/CNA - Alinhamento para II CNT

A Comissão Nacional de Relações do Trabalho e Previdência Social da CNA (CNRTPS/CNA) e as federações estaduais, incluindo a FAET, reuniram-se para alinhar propostas à 2ª Conferência Nacional do Trabalho (CNT), a qual a etapa do Tocantins está prevista para o dia 30 de setembro de 2025.

A conferência, organizada pelo Ministério do Trabalho, busca debater relações laborais, qualificação e políticas de emprego,

com participação tripartite paritária de governo, empregadores e trabalhadores. A Conferência é dividida em duas etapas, a primeira etapa estadual e posteriormente a etapa nacional que será realizada em março de 2026.

A FAET reafirmou o compromisso em defender o setor patronal a qual levará para a Etapa Estadual da conferência 5 integrantes representativos do setor patronal agropecuário.

10
SETEMBRO

Audiência Pública sobre o Paleocanal na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – Senado Federal

Em audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, produtores rurais, prefeitos e sindicatos manifestaram forte oposição à criação de novas APAs pelo ICMBio no Pará e Tocantins.

Os participantes denunciaram insegurança fundiária, ameaça às atividades econômicas e ausência de diálogo com as comunidades locais, visto que não havia consulta pública regularmente realizada.



O senador Zequinha Marinho, presidente da sessão, destacou a relevância do tema e citou o presidente da FAET, Paulo Carneiro, como liderança comprometida com a defesa dos produtores rurais.

Como encaminhamento foi registrada as manifestações de prefeitos, sindicatos e produtores contrários às propostas do ICMBio. Solicitação de maior transparência, estudos técnicos específicos por

município e efetiva consulta prévia às comunidades locais e produtores rurais, bem como o reforço à necessidade de participação do Congresso Nacional nas decisões de ordenamento territorial e criação de unidades de conservação.

Para acessar e assistir a íntegra da audiência pública que foi transmitida pelo Youtube [clique aqui](#).

10
SETEMBRO

Reunião da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas – CNA

A reunião tratou de dois eixos. Primeiro, a viabilidade econômica de mecanização (terceirização de serviços x parque próprio de máquinas), com anúncio de uma calculadora para o produtor comparar custos. Segundo, a atualização da proposta de Lei de Proteção de Cultivares: revisão do art. 10 (exceções ao direito do obtentor) com pagamento de royalties na semente salva e transparência prévia de valores por cultivar; inclusão de tipificação penal contra pirataria; previsão de sanções/indenização ao produtor quando a cultivar não entregar as características anun-

ciadas (inclusive danos morais/difusos); e ampliação de prazos de proteção (regra geral 15→20 anos e, para culturas específicas como videira e batata, 18→25 anos), em alinhamento a compromissos internacionais e para incentivar investimento. Encaminhamentos: coletar contribuições técnicas das federações sobre o texto (art. 10, royalties e transparência), validar as bases com o jurídico, e preparar material ao produtor (nota técnica + calculadora) antes da próxima rodada.



18
SETEMBRO

Oficina de Construção do Plano Tocantins 2045

O Governo do Tocantins realizou mais uma oficina do Plano Tocantins 2045, voltada para o agronegócio. Com a presença de representantes de instituições públicas, academia e setores produtivos, foram discutidas as diretrizes estratégicas para o futuro da economia estadual, com foco na sustentabilidade e inovação do agronegócio nos próximos 20 anos.

Durante o evento, os participantes apresentaram propostas sobre os fatores que impulsionam e os obstáculos enfrentados pelo setor, debatendo formas de potencializar as vocações naturais do Tocantins e garantir o crescimento sustentável da economia agropecuária.

O evento contou com a participação de representantes da Sics, Seagro, UFT, Faet,

Fecomércio, Fieto, Sindicarnes, Energisa e Embrapa, que compartilharam ideias e sugestões para fortalecer o agronegócio tocantinense, contribuindo para a sustentabilidade e o desenvolvimento econômico.

O Plano Tocantins 2045 é uma iniciativa estratégica do Governo do Estado, coordenada pela Sics e desenvolvida em parceria com a UFT e a Unitins, com apoio técnico da Fapto. O projeto visa traçar diretrizes e metas para promover o desenvolvimento econômico sustentável do Tocantins, focando na diversificação econômica, redução das desigualdades, inovação e tecnologia, sempre com ênfase na sustentabilidade e respeito às gerações futuras.

15
SETEMBRO

Atualização do Estudo do Complexo Agronegócio do Cavalo

A FAET, em conjunto com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) promoveu, reunião com produtores rurais, médicos veterinários, zootecnistas, representantes comerciais na área de insumos e empreendedores. O objetivo do encontro foi realizar levantamento de dados sobre equideocultura no estado do Tocantins, a fim de contribuir com a atualização nacional do Estudo do Complexo do Agronegócio do Cavalo.

Na oportunidade foram discutidas inúmeras variáveis referentes à realidade

do estado, como: o quantitativo de animais/categorias, os custos de produção - área ocupada, alimentação, estrutura, manejo e assistência veterinária. Além disso, foram computados dados sobre a movimentação financeira que o setor traz para o estado, por meio de participação de eventos, transporte e investimento em instrumentos de montaria.

Essa reunião realizada na FAET contribuirá com a segunda edição do Estudo do Complexo do Agronegócio do Cavalo, a fim de atualizar os dados da equideocultura

brasileira. O estudo é realizado pela CNA em parceria com a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), ele vai preencher a falta de informações, analisando a dimensão econômica e social, além de discutir aspectos institucionais, estruturais e de desempenho.

É extremamente importante o envolvimento do setor produtivo na compilação de dados, já que o Brasil ainda enfrenta grandes lacunas de informações, uma vez que existem poucas iniciativas direcionadas ao aprofundamento dos conhecimentos sobre o chamado “Agronegócio Cavalo”. Diferentemente de cadeias consolidadas, como bovinos, aves, suínos e ovinos, a cadeia da equideocultura ainda não possui destaque em pesquisas oficiais e censos governamentais, o que resulta em dados escassos sobre sua importância econômica e social.



16
SETEMBRO

195ª Reunião Ordinária da CTPAJ do COEMA

A 195ª reunião da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos do Conselho Estadual de Meio Ambiente - **COEMA**, realizada em 16 de setembro de 2025, definiu os relatores de dois processos de auto de infração do Naturatins e analisou conflito de competência sobre licenciamento ambiental em Araguaína.

Houve apresentação de processo para definição de conflito de competência em licenciamento ambiental. Em resumo, foram protocolados em Araguaína dois pedidos de renovação de licenças, um de fertirrigação e outro de confinamento bovino.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, contudo, **indeferiu a análise separada,**

exigindo processo único por se tratarem de atividades interdependentes em áreas contíguas. Isso gerou conflito de competência entre município e Estado. O processo foi remetido à **Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, que entendeu caber ao Naturatins o licenciamento, por se tratar de atividade conjunta e de grande porte.**

Após votação, o processo seguirá para deliberação final do COEMA em reunião plenária, onde será consolidada a decisão sobre a competência e os encaminhamentos necessários.

18 29
SETEMBRO SETEMBRO

Reuniões de alinhamento da bancada dos Empregadores da II CNT

A bancada dos empregadores da II Conferência Nacional do Trabalho - Etapa Estadual realizou duas reuniões preparatórias em setembro.

No dia 18 de setembro, o encontro ocorreu na sede da FAET, reunindo representantes da FAET, FECOMERCIO, FIETO, SINDESTO e OCB/T0, para alinhar a composição da bancada e discutir estratégias de atuação.

Já no dia 29 de setembro, na sede da FIETO, reunião com os delegados com direito a voto da bancada patronal, consolidando propostas e definindo diretrizes e orientações para garantir unidade na defesa dos interesses do setor produtivo.

As deliberações foram positivas e possibilitaram a definição de propostas consolidadas e estratégias conjuntas das Federações para fortalecer a representação dos empregadores na conferência.



**18 e 19
SETEMBRO**

CONACARNE- Belo Horizonte

O Congresso Nacional da Carne (Conacarne) ocorreu nos dias 18 e 19 de setembro, em Belo Horizonte (MG), reunindo produtores rurais, especialistas, autoridades e entidades do setor para debater desafios do mercado do boi e preferências do consumidor.

Durante dois dias, os participantes acompanharam painéis sobre tendências de consumo, mercado, inovações e técnicas de produção, além de trocar experiências. A comitiva da FAET/Senar- TO foi a maior entre os estados brasileiros, com 58 componentes, entre eles: presidente, superintendentes, presidentes de sindicatos rurais, técnicos do Sistema FAET/Senar e do Programa Assistência Técnica e Gerencial (ATeG), comunicação e convidados que atuam na cadeia produtiva da pecuária.

1. PANORAMA INTERNACIONAL

O Congresso iniciou sua programação com um painel internacional sobre tendências do consumo de carne bovina. Especialistas dos Emirados Árabes, Uruguai, Europa e Ásia destacaram desa-

fios e oportunidades em um cenário marcado por exigências de qualidade, segurança alimentar e sustentabilidade.

Riyadh Jabbar, dos Emirados Árabes, apontou cinco tendências globais: premiumização, busca por saúde e bem-estar, conveniência no preparo, valorização da diversidade cultural e expansão do food service (estabelecimentos e serviços que preparam e vendem carnes prontas para consumo fora de casa). Já o palestrante Álvaro Ramela (Uruguai) apresentou o modelo de rastreabilidade total do rebanho, considerado referência internacional, destacando sua importância para a confiança do consumidor e a inserção em mercados premium.

Oskar Hjertsäll da Suécia, reforçou as exigências europeias por sustentabilidade, redução de emissões, bem-estar animal e certificações ambientais, além da valorização da origem e qualidade dos cortes. Enquanto a Kelly Wang, diretora de uma importadora da China, enfatizou a atuação da empresa no mercado global de importação de carnes, priorizando qualidade, diversidade de portfólio, conveniência e segurança alimentar.

Kell Wang, reforça que o Brasil é responsável por 46% do mercado de importação de carne bovina na China e o aumento do consumo está crescente no país ano após ano. Em 2024, o país consumiu 10,6 milhões de toneladas de carne bovina, consumo per capita em 8kg, abaixo da média global de 8,9kg, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Dessa forma, o painel concluiu que qualidade, segurança e sustentabilidade são os pilares que orientarão o futuro da carne bovina. Também destacou o papel estratégico do Brasil, maior exportador mundial, em adaptar sua produção para atender aos padrões internacionais e manter competitividade nos mercados mais exigentes.

2) CRESCIMENTO DE REBANHO E OTIMIZAÇÃO DE PRODUÇÃO

Em um dos painéis a discussão foi com ênfase ao rebanho brasileiro que vem crescendo a cada ano, uma vez que em 2024 o Brasil bateu recorde em abates de cabeças de bovino com quase 40 milhões, gerando mais de 10,9 milhões de toneladas de carnes produzidas. De modo que houve um grande avanço na eficiência produtiva, porém agora é necessário que ocorra a mudança com relação à qualidade, já que o consumo da população está diferente, com um aumento nas carnes premium, como comentado no painel anterior.

A sociedade está consumindo novos cortes, não apenas os clássicos, para isso é necessário que ocorra o aumento uniforme da carcaça, assim o produtor conseguirá alcançar melhores valores de venda, sendo valorizado por qualidade. As novas demandas dos consumidores e os investimentos em tecnologia na cadeia de produção são dois fatores importantes para definir qual será a carne do futuro.

O professor da Faculdade de Engenharia de Alimentos da Universidade Estadual de Campinas- Sérgio Pflanzner, disse que o mercado está impondo a necessidade de uma produção mais tecnológica e sustentável. O caminho do crescimento brasileiro na pecuária passa por um abate mais precoce, carcaças mais pesadas, maior rendimento, alimentação intensiva, manejo sanitário e tecnologia de ponta.

Segundo o diretor de Exportações da Marfrig Global Foods, Alisson Navarro, em 2004 o Brasil tinha 180 milhões de hectares de pastagens. Vinte anos depois, em 2024, esse número foi reduzido para 160 milhões. Esses números mostram que produzimos um animal mais jovem, mais pesado e utilizando uma área menor do que há 20 anos.

Atualmente, é possível ter aumento de produtividade e um animal de melhor qualidade, com a modernização da pecuária, confinamento e terminação intensiva a pasto, recria intensiva a pasto e melhoramento genético do gado de corte.

3) INVESTIMENTO EM GENÉTICA PARA DESENVOLVIMENTO DA CARNE QUE O CONSUMIDOR QUER COMPRAR

O Brasil, por ser o líder mundial na produção de material genético bovino, tem uma ampla oportunidade de expansão, tanto em qualidade quanto em volume de vendas. Para que esse potencial se concretize, é fundamental que os investimentos em genética cheguem a todos os produtores, porém isso só será possível por meio da atuação direta dos técnicos de campo.

Ricardo Abreu, gerente de fomento dos Programas de Melhoramento Genético da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), ressalta que o melhoramento genético não é realizado à distância; há necessidade da presença dos técnicos para auxiliar o criador na evolução do rebanho.

Essa visão também foi reforçada por Maury Dorta, coordenador do Programa Embrapa Geneplus. Segundo ele, limitar-se à análise de números em escritório não é suficiente para compreender qual tipo de genética e de carne o mercado realmente demanda. De modo que a carne do futuro não será definida pelo que queremos vender, mas pelo que o mercado deseja comprar, fazendo com que o produtor ganhe mais renda e o Brasil exporte mais, fortalecendo a posição no comércio internacional.

4) EXPORTAÇÕES DO PRODUTO BRASILEIRO

Por conta do tarifaço do presidente Donald Trump, os Estados Unidos têm optado por comprar carnes da Austrália



e da Argentina, o que fez com que estes países diminuíssem as vendas para outros, como a China. À medida que os norte-americanos aceleraram a compra de outros fornecedores, o produto brasileiro alavancou suas vendas ao exterior.

O Brasil é responsável por quase metade do mercado de importação na China e tem o desafio de aumentar o consumo naquele país — é o que revela a diretora de negócios internacionais da importadora chinesa OIG, Kelly Wang. “O Brasil atualmente detém 46% da participação de mercado de importação de carne bovina da China. O consumo de carnes bovinas em 2024 foi 10,6 milhões de toneladas, o que coloca o consumo per capita em apenas 8kg, abaixo da média global de 8,9kg, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Logo, é preciso aumentar o consumo”, explicou.

O caminho para que os exportadores brasileiros consigam mais mercados é diversificar os tipos de cortes e a conservação, destaca o diretor da Al Tayeb Meat nos Emirados Árabes Unidos, Riyadh Jabbar. “No segmento premium, há uma migração de preferência de produtos congelados para produtos refrigerados e de marca. Há, também, um crescente interesse por carne com baixo teor de gordura, alimentada a pasto e com rótulo limpo, o que agrega muito valor”, detalhou.

O produtor Fábio Almeida, do Projeto Nelore Golias, de Birigui (SP), desenvolve melhorias genéticas na raça Nelore e diz que o criador precisa “olhar o boi por dentro”, isto é, fazer com que os animais fiquem mais dóceis, o que vai culminar em uma carcaça melhor do que a média. “A maciez

e o marmoreio são pontos de destaque do nosso gado”. Nesta mesma linha, Antônio Ricardo Sechis, fundador da marca Beef Passion, diz que é necessário investir no bem-estar do animal para que ele chegue ao final da vida em pleno estado, o que vai resultar em uma melhor carne. “O comportamento do animal depende dos cuidados do criador. Entender o sistema é assegurar bom resultado”, explicou.

5) ENTRE CICLOS E INCERTEZAS: O FUTURO DO MERCADO DO BOI

Especialistas apresentaram os quadros e expectativas/projeções para o mercado do boi. Foi ressaltado sobre a incerteza do tamanho do rebanho norte-americano, produção da China e impactos cíclicos da pecuária nos preços e na rotina dos criadores.

A projeção para o mercado pecuária brasileira é bem otimista, uma vez que, pode-se perceber a chegada da carne brasileira em diferentes comércios e países, assim como a expansão dela em mercados que pagam melhor pelos produtos. No entanto, as projeções ainda são incertas, mas é possível identificar que o cenário é favorável para o país, de forma que, provavelmente, ele se consolidará como o maior fornecedor de proteína bovina do mundo.

O painel “Do pasto ao prato – a carne sob a ótica do consumidor” reuniu chefs de cozinha, especialistas em carnes e profissionais do setor gastronômico, que compartilharam experiências sobre os diferentes perfis de consumo e as principais tendências no preparo da carne bovina. Durante o debate, destacou-se a

evolução das técnicas culinárias, a valorização da carne de qualidade e a mudança no comportamento do consumidor, que demonstra maior disposição em pagar por sabor, maciez e novas experiências gastronômicas.

Também foi ressaltada a necessidade de maior reconhecimento do trabalho do pecuarista, fundamental para garantir carne de excelência. Além disso, foi enfatizada a importância de iniciativas que aproximem o campo do prato, promovendo a interação entre produtores e consumidores, divulgando novos cortes e formas de preparo. A partir disso o produto carne fica mais interessante, possuindo “história” e despertando sensações únicas para os consumidores.

O evento foi encerrado com a palestra do consultor Marcelo Bolinha, que apresentou a evolução dos cortes e realizou uma desossa no palco.

Na conclusão, líderes do setor reforçaram o compromisso de produzir carne bovina de melhor qualidade e consolidar a pecuária brasileira como referência mundial.



Na palestra de encerramento foi realizado de modo prático cortes em carcaça de extrema qualidade, a fim de apresentar as diferenças encontradas conforme o produto.

24
SETEMBRO

Reunião da Comissão Nacional de Meio Ambiente da CNA

No dia 24 de setembro de 2025, Aconteceu a reunião da Comissão Nacional de Meio Ambiente da CNA, onde foram discutidos diversos assuntos, incluindo o lançamento do documento de posicionamento da CNA para a COP30, com foco na agenda climática, especialmente sobre a Amazônia e as soluções agrícolas. A reunião foi marcada por apresentações sobre as iniciativas de sustentabilidade do setor agropecuário, com destaque para a proposta de “mutirão” que visa reunir esforços de países, setor privado e sociedade civil na implementação de soluções climáticas.

Um ponto importante da reunião foi a apresentação do programa “Terra Protegida”, que busca mapear áreas desmatadas na Bahia e responsabilizar os infratores, além de implementar medidas de restauração e compensação. Esse programa gerou grande discussão, especialmente sobre o impacto das notificações e das autua-

ções em produtores rurais, que poderiam ser duplamente penalizados, tanto pelo Ministério Público quanto pelos órgãos ambientais. Também foram discutidos os desafios do processo de regularização ambiental, com foco em áreas de menor impacto, como as propriedades menores de quatro módulos fiscais.



Além disso, foram abordados os desafios da “transição justa”, com foco em garantir que as metas climáticas não afetem negativamente as economias dependentes de setores como a agropecuária. O financiamento climático também foi tema de discussão, com a ênfase em garantir que os recursos cheguem efetivamente aos produtores rurais, sem que se percam em intermediários.

Encaminhamentos para os próximos meses incluem o fortalecimento das ações de monitoramento, principalmente em relação ao impacto das regulamentações ambientais, e a continuação do trabalho de articulação política com as esferas federal e estadual para assegurar que as soluções climáticas sejam implementadas de forma viável para o setor agropecuário.

24

SETEMBRO

Reunião da Comissão Nacional de Cana-de-Açúcar – CNA

A reunião da Comissão Nacional de Cana-de-Açúcar da CNA discutiu temas cruciais para o setor, com ênfase na judicialização do RenovaBio, suas implicações para o mercado de biocombustíveis, além de questões regulatórias e tarifárias. O governo apresentou atualizações sobre as ações judiciais movidas contra o programa, principalmente por distribuidoras, e as dificuldades enfrentadas com a desvalorização dos CBIOS (Créditos de Descarbonização). O Ministério de Minas e Energia destacou que o mercado de CBIOS está perdendo valor devido a essas disputas, o que está afetando a produção e as metas do RenovaBio. A comissão enfatizou a importância da comunicação do programa e da necessidade de fortalecer o setor por meio da defesa das políticas públicas ambientais.

A consulta pública sobre as metas de 2026 também foi tema de discussão. O governo propôs uma meta de 48 milhões de CBIOS para 2026, e a comissão discutiu os impactos dessa meta no mercado de biocombustíveis, destacando a importância da participação do setor na consulta pública para garantir que a

decisão final seja adequada às necessidades do mercado.

Outro ponto relevante foi o impacto das tarifas sobre o etanol brasileiro impostas pelos Estados Unidos. A comissão tratou da defesa da política tarifária brasileira, que é baseada em transparência e compromisso com as regras da OMC. Também foi discutida a cooperação internacional para mitigar o impacto dessas tarifas e garantir que o etanol brasileiro continue competitivo no mercado internacional.

Como encaminhamentos, a comissão decidiu intensificar a comunicação sobre os benefícios do RenovaBio, fortalecer a negociação com os EUA e realizar mais reuniões com países aliados. Além disso, o Ministério de Minas e Energia continuará com a defesa legal das metas do programa e a manutenção da política de incentivo ao etanol. A comissão também dará continuidade ao acompanhamento da consulta pública sobre as metas de 2026, com foco em garantir a aplicação justa e transparente das políticas do setor.

25

SETEMBRO

5ª Reunião Ordinária do Conselho Jurídico e 5ª Reunião Ordinária da CNRTPS

O Conselho Jurídico da CNA realizou sua 5ª reunião ordinária em Campo Grande-MS. Foi abordado sobre a lei de licenciamento ambiental, destacou-se que os vetos presidenciais à nova lei podem inviabilizar

financiamentos rurais, exigindo derrubada no Congresso.

Na pauta da securitização, analisaram-se o PL 320/2025, o substitutivo ao PL

5122/23 e a MP 1.314/2025, que **preveem renegociação de dívidas com critérios restritivos** e riscos de limitar o acesso dos produtores.

Quanto à reforma tributária, discutiram-se riscos de perda de benefícios fiscais sobre insumos e defensivos. Ao final, debateu-se sobre os custos cartorários do crédito rural destacando disparidades regionais e descumprimento da Lei do Agro (Lei nº 13.986/2020).

Na 5ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Relações do Trabalho e Previdência Social – CNRTPS, foi discu-

tida a prorrogação da NR 01, sobre Segurança e Saúde no Trabalho - SST, que refere-se a riscos psicossociais no ambiente de trabalho.

Ainda houve apresentação da Profª. Jane Berwanger que destacou mudanças no reconhecimento de tempo rural e no salário-maternidade para aposentadoria rural e benefício junto ao INSS.

Também foram debatidas sobre o andamento das etapas estaduais da II Conferência Nacional do Trabalho, objetivando alinhamento patronal estadual em sincronia com as Confederações.



29

SETEMBRO

Reunião de Alinhamento Bancada dos Empregadores para II Conferência Nacional do Trabalho

No dia 29 de setembro de 2025, às 14h30, no auditório da FIETO, realizou-se a reunião de alinhamento da bancada dos empregadores para a II Conferência do Trabalho - Etapa Estadual.

O encontro reuniu os 20 delegados com direito a voto na etapa estadual, que discutiram a temática e as estratégias de atuação da bancada dos empregadores.

A pauta contemplou a apresentação e validação das propostas, a definição de papéis na defesa dos temas e na articulação com as demais bancadas, além do planejamento das estratégias de votação a serem adotadas na conferência do dia 30.

No dia 29 de setembro de 2025, às 14h30, no auditório da FIETO, realizou-se a reunião de alinhamento da bancada dos empregadores para a II Conferência do Trabalho - Etapa Estadual.

O encontro reuniu os 20 delegados com direito a voto na etapa estadual, que discutiram a temática e as estratégias de atuação da bancada dos empregadores.

A pauta contemplou a apresentação e validação das propostas, a definição de papéis na defesa dos temas e na articulação com as demais bancadas, além do planejamento das estratégias de votação a serem adotadas na conferência do dia 30.



30
SETEMBRO

FAET participa da etapa estadual da II Conferência Nacional do Trabalho em Palmas

A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins (FAET) participou da etapa estadual da II Conferência Nacional do Trabalho, realizada em Palmas no dia 30 de setembro de 2025.

Integrando uma comitiva formada por cinco representantes, quatro deles vindos de sindicatos rurais, com presença da Presidente do Sindicato Rural de Pedro Afonso, Simone Sandri e a Presidente do Sindicato Rural de Natividade Flávia Germendorff.

A FAET atuou pela bancada dos empregadores ao lado de instituições como Fecomércio, FIETO, SINDESTO, OCB/TO e CNT, totalizando cerca de 20 representantes do setor patronal.

O encontro estadual reuniu representantes dos segmentos de trabalhadores, empregadores e governo em formato tripartite e paritário, com o objetivo de debater os eixos temáticos e construir proposições que serão levadas à etapa nacional em março de 2026.

Durante os debates, a bancada patronal movimentou as discussões e se posicionou a favor do Setor Produtivo.

Para a FAET, a participação é estratégica na etapa estadual da Conferência Nacional do Trabalho para garantir a defesa dos interesses dos empregadores rurais, fortalecer a bancada patronal e influenciar de forma técnica, contribuindo para o equilíbrio nas decisões que impactam diretamente as relações de trabalho.

Dentre as 4 propostas dos empregadores apresentadas na plenária da etapa esta-

dual da conferência nacional do trabalho, se extrai os seguintes temas:

1. *Valorização da negociação coletiva por meio da prevalência do negociado sobre o legislado. Isso significa que os **acordos firmados entre empregadores e trabalhadores, por meio dos sindicatos, podem ter mais força do que a lei em determinados pontos. Essa medida busca dar mais autonomia e flexibilidade** às relações de trabalho, permitindo que sejam construídas soluções adequadas à realidade de cada setor;*
2. *Implementar um programa de qualificação/requalificação profissional voltado à transição justa, focado em trabalhadores impactados por mudanças tecnológicas e ecológicas (Aprovada por ampla maioria);*
3. *Programas de Incentivos fiscais e não fiscais para a contratação de jovens em primeiro emprego e pessoas com deficiência (PcD);*
4. *Formalização de trabalhadores informais, aperfeiçoando programas existentes, estimulando a criação de novos programas que incentivem a transição para a formalidade, com redução de tributos iniciais e acesso a capacitação.*

Além das quatro propostas apresentadas pela bancada patronal, também foram aprovadas, **por consenso**, outras quatro proposições de caráter tripartite, todas elas de iniciativa dos empregadores, o que evidenciou a força e a capacidade de articulação do setor produtivo nos debates.

30
SETEMBRO

Reunião da Comissão Nacional de Logística e Infraestrutura – CNA

Na reunião da Comissão Nacional de Logística e Infraestrutura da CNA, foram discutidas questões cruciais para a melhoria da infraestrutura e logística no Brasil, com destaque para a hidrovía do Rio São Francisco, que passará por requalificação e reativação. Durante a reunião, Antonio Gobbo, representante da Companhia das Docas da Bahia (Codeba), apresentou os estudos preliminares sobre a navegação longitudinal no rio, que abrange uma extensão de 371 km, impactando diretamente 505 municípios e mais de 11 milhões de pessoas. A proposta inicial é reativar a navegação de Ibotirama a Joacema, utilizando a infraestrutura já existente, como dragas e embarcações da Codeba. A requalificação será gradual, começando com a dragagem da área em Pirapora, e deverá envolver também investimentos na infraestrutura ferroviária para melhorar a integração modal. Segundo Gobbo, a demanda inicial é de 5 milhões de toneladas anuais, com possibilidade de expansão. A expectativa é que o projeto seja concluído em 2026, com maior eficiência logística e

redução de custos, especialmente para o transporte de commodities como milho, algodão e minério.

Além disso, a reunião discutiu a privatização e concessão de terminais portuários, com ênfase no modelo de gestão “Landlord Port” e a necessidade de uma maior eficiência operacional. Houve também um debate sobre a necessidade de garantir a transparência e a participação dos usuários nas decisões sobre tarifas e serviços portuários. O modelo atual foi amplamente criticado, com sugestão de revisão para garantir competitividade e expansão de infraestrutura.

Como encaminhamentos, ficou acordado que a Codeba seguirá com os estudos de dragagem e requalificação da hidrovía São Francisco, a revisão do modelo de privatização será feita, considerando as críticas dos usuários e a necessidade de maior participação do setor agropecuário, e o monitoramento da infraestrutura portuária será intensificado, com foco nas tarifas e custos de operação.

08
SETEMBRO

Lançamento do Estudo “Panorama das Estradas Vicinais no Brasil” – CNA

Em 8 de outubro de 2025, a CNA divulgou um estudo inédito sobre a situação das estradas vicinais no Brasil, destacando a necessidade urgente de investimentos para a recuperação dessas vias, fundamentais para a logística do agronegócio. O levantamento, realizado em parceria com o Grupo de Pesquisa e Extensão em Logística Agroindustrial da Esalq-Log, apresentou um panorama completo sobre o estado das estradas vicinais,

os custos econômicos e ambientais causados pelas más condições de conservação, além de recomendações para reverter o cenário atual.

O estudo revelou que o Brasil possui 2,2 milhões de km de estradas vicinais, sendo que 1,8 milhão de km (84,5%) são vias não classificadas e estreitas, essenciais para o escoamento de commodities agropecuárias. Dentre as principais



Panorama das Estradas Vicinais no Brasil: qualidade de vida para as populações rurais

Sistema CNA/Senar
122 mil inscritos

conclusões, destaca-se que o investimento necessário para adequar 177 mil km de estradas terciárias em regiões altamente prioritárias chega a R\$ 4,9 bilhões por ano, com o custo anual de manutenção sendo de R\$ 35 mil por km. Para elevar toda a extensão de 367 mil km de estradas terciárias ao padrão mínimo de qualidade, seriam necessários R\$ 10 bilhões por ano. O estudo também aponta que melhorias na infraestrutura poderiam gerar uma economia líquida de R\$ 11,3 bilhões nos custos operacionais anuais.

O presidente da CNA, João Martins, destacou que a recuperação das estradas

vicinais é essencial para garantir a eficiência logística e reduzir os custos do setor agropecuário, que atualmente chegam a R\$ 16,2 bilhões anuais com combustível, manutenção, insumos e mão de obra. Além disso, a melhoria das estradas poderia reduzir em 1 milhão de toneladas de CO₂ as emissões anuais, trazendo um grande benefício ambiental. O evento contou com a presença de parlamentares, representantes do setor produtivo e diretores do Sistema CNA/Senar, com debates sobre as ações necessárias para melhorar a infraestrutura viária e garantir a competitividade do agronegócio brasileiro.



ATeG - Assistência Técnica e Gerencial.

Para todos os produtores rurais.

- Identifica o que precisa ser melhorado na propriedade
- Orienta as melhores práticas técnicas para aumentar a sua produção
- Acompanhamento gratuito por 2 anos

Procure o Senar ou o sindicato rural da sua região ou acesse:
www.sistemafaetsenar.org.br / Email: ateg@senar-to.com.br
Fone: (63) 3219-9236

ATeG | Assistência Técnica e Gerencial.

PARECER TÉCNICO: ADPF 743 Decisão do STF sobre desmatamento ilegal ou incêndio doloso

A Federação da Agricultura e Pecuária do Tocantins (FAET) divulgou parecer técnico para esclarecer os efeitos da recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que autorizou a desapropriação de propriedades rurais em casos de desmatamento ilegal ou incêndio doloso.

O documento destaca a preocupação do setor produtivo rural com a falta de

critérios objetivos para aplicação da medida, os riscos de insegurança jurídica aos produtores rurais e possíveis impactos na atividade produtiva rural.

Também aborda questões ligadas ao ativismo judicial e ao fenômeno do green grabbing, chamando atenção para a necessidade de cautela e clareza na execução da decisão. Leia o artigo na íntegra [clikando aqui](#).



**QUEM
VIVE DA
TERRA
PROTEGE
O QUE
É SEU.**

**O SENAR AJUDA
VOCÊ A PREVENIR
AS QUEIMADAS.**
DIAGNÓSTICO DE RISCO
PREVENÇÃO
ORIENTAÇÃO TÉCNICA
CURSO DE BRIGADISTA RURAL

PROCURE O
SINDICATO RURAL DE
SUA CIDADE. OU LIGUE

(63) 99917-6665

SENAR
Tocantins



FAET
Federação da Agricultura
e Pecuária – Tocantins



NA DEFESA DOS INTERESSES
DO PRODUTOR RURAL
TOCANTINENSE!




**FAET
SENAR
SINDICATOS**



www.
sistemafaetsenar.org.br

  /SistemaFaetSenar

  /SistemaFaet

 /FaetSenar

ACNO 1 Rua, NO 05, 38, Plano Diretor Norte, Palmas/TO - CEP 77001-020